



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 100

SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 163ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE SETEMBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CÉLIO MARQUES FERNANDES — A produção de feijão no Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Solenidade de posse de Dom Lapércio Eudes Moreira como Bispo Diocesano da Igreja Católica Apostólica Independente do Brasil, no Município de Duque de Caxias—RJ.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Interiorização do ensino.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Cerimônia de comemoração das bodas de ouro do casal Leão Sampaio.

SENADOR LENOIR VARGAS — Inoportunidade de emenda, aprovada pelo Senado, que propõe alterar a legislação eleitoral.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Esclarecimento da Srª Lydia Borges Santos, Diretora da Cia. de Seguro Aliança de Goiás, refutando acusações feitas àquele órgão.

DEPUTADO VASCO NETO — Manifestação de solidariedade ao discurso do Senador Benjamim Farah, proferido na presente Sessão.

DEPUTADO ÁLVARO VALLE — Entrevista do jornalista Carlos Lacerda, publicada no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 2 de setembro último, intitulada: *Um homem que vende livros a brasileiros que não querem ler*.

1.2.2 — Ofício

Do Presidente da Comissão Mista incumbida do estudo da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/76, referente a prorrogação do prazo para emissão de parecer por aquele órgão. Deferido.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 20/76, que modifica a redação do art. 15, § 1º, alínea a, da Constituição Federal. Votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 164ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE SETEMBRO DE 1976

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Suspensão, pela Caixa Econômica Federal, da concessão de empréstimos simples aos funcionários aposentados.

DEPUTADO ATHIÉ COURY — X Congresso dos Alfaiates do Brasil, a realizar-se na Cidade de Santos—SP, nos dias 15 a 18 do corrente.

DEPUTADO PRISCO VIANA — Correspondência recebida do Sr. Superintendente da SUDENE, de esclarecimentos sobre a distribuição de recursos do POLONORDESTE.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Artigo publicado no jornal *Diário de S. Paulo*, intitulado "Porque Entrei na ARENA".

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se dia 10, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Propostas de Emenda à Constituição números:

19, de 1976, que dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f, e altera a redação do § 1º do art. 177 da Constituição Federal;

21, de 1976, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação anual, pela União, de nunca menos de doze por cento, e, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e quatro por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Henrique de La Rocque, Geraldo Guedes, Humberto Lucena, Nina Ribeiro, Gerson Camata, Parsifal Barroso, João Calmon e Laerte Vieira.

2.4 — ENCERRAMENTO.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

ATA DA 163ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE SETEMBRO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 11 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barrós — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco —

ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanillo — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hêlio de Almeida — MDB; Hydeckel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abj-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvío Abreu Júnior — MDB; Sinalva Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto —

ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Beviláqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunig — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canelas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Waimor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan —

ARENA: Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 38 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Cêlio Marques Fernandes.

O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a produção de feijão vem diminuindo no Rio Grande do Sul, porque sua cultura deixou de apresentar justa compensação ao trabalho do agricultor. Havendo, como vinha acontecendo na realidade, possibilidades de opção em favor de outras lavouras, a área que era dedicada ao plantio do feijão, uma cultura tradicional, foi cedendo espaço, por oferecer pouca ou nenhuma rentabilidade, a ponto de termos de recorrer, mais uma vez, a importações do produto. Atendendo a essa situação, que não atinge somente o Rio Grande, mas, igualmente, outras regiões produtoras do País, embora de forma menos aguda, o Governo Federal, ao estabelecer os novos preços mínimos para os principais produtos agrícolas, houve por bem aquilhoar o feijão com o aumento mais substancial. De acordo com este critério, o preço mínimo do feijão subiu para 214 cruzeiros pelo saco de 60 quilos. A medida veio em momento oportuno, pois antecipou-se ao início do plantio, que, entre nós, começa no mês de setembro, esperando-se, por este motivo, que as áreas reservadas ao cultivo de feijão recuperem suas antigas e tradicionais proporções.

Pronunciando-se a respeito do assunto, o Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul declarou que o preço mínimo estabelecido para o feijão pode ser considerado como estimulante. Além de atender às necessidades do abastecimento, bem como da balança comercial, evitando-se futuras importações do produto, essa medida poderá assinalar o restabelecimento de uma lavoura que desempenhava importante papel na economia dos minifundiários rio-grandenses. Esta cultura reveste-se, assim, de redobrada significação social, tanto pela sua participação no abastecimento, na condição de gênero alimentício de consumo eminentemente popular, como pela sua contribuição para o fortalecimento agrícola das regiões de pequena propriedade, cuja economia se baseia na produção familiar, mesmo porque poucos são aqueles que, nessas áreas, podem recorrer ao braço assalariado. Para suprir a atual carência de feijão que se faz sentir no mercado rio-grandense, a SUNAB destinou ao Estado uma partida do produto, requisitada a atacadistas do Paraná. Como este suprimento, de apenas três mil sacos, será insuficiente, também serão remetidos ao Estado sete mil sacos do feijão que está sendo importado do Chile. Em anos passados, fomos exportadores de feijão para os grandes centros consumidores do País. Nos últimos tempos, porém, mal conseguimos atender ao consumo doméstico.

A função que desempenhávamos, na época em que éramos apontados como "celeiro do Brasil", desloca-se para o Paraná, a fronteira agrícola que mais cresce no País, com uma produção que já ameaça, inclusive, nossa hegemonia em relação à lavoura de soja e do próprio trigo. Isto não significa, entretanto, que estejamos regredindo no campo da economia agrária, pois nem sempre se trata de superação em termos de produtividade por hectare cultivado,

mas, quase sempre, por aumento de área plantada. E, se perdemos tanto terreno em lavouras como a de feijão, assim como, até certo ponto, em relação à de milho, isto aconteceu em razão de fatores que podem ser afastados, bastando que sejam restabelecidas condições favoráveis à recuperação dessas culturas, como, por exemplo, a fixação de preços mínimos que garantam a sua rentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em julho último, compareci ao auditório da Câmara Municipal de Duque de Caxias para assistir às solenidades de posse de Dom Lapércio Eudes Moreira como Bispo Diocesano daquele pujante Município fluminense, da Igreja Católica Apostólica Independente do Brasil. E muito me impressionou, como também à seleta assistência presente ao concorrido ato religioso, a Pastoral do ilustre prelado, que lerei para que conste nos Anais do Congresso Nacional, ressaltando o seu alto sentido social, de fraternidade e concórdia, quando prega a valorização do trabalho como fonte de direitos e inspirações de deveres que permite retomar o fio da tradição cristã, inscrita nos Evangelhos com uma coragem e uma nitidez que podem escandalizar os espíritos entorpecidos no tocante às desigualdades sociais, mas que se reflete nas palavras generosas dos prelados empenhados na salvação dos homens pela prática das virtudes cujo esquecimento vem sendo a causa mais fecunda da desordem e do inconformismo reinantes no mundo.

Eis o substancioso e oportuno documento:

"Compatriotas,

Sabemos perfeitamente que estais saturados de longas encíclicas e bulas cheias de retórica, despojadas entretanto de uma ação construtiva e concreta em vosso favor.

No mundo hodierno, a fé para os homens não é mais inspiração para a vida, e sim um recurso para os momentos difíceis.

Por isso vamos procurar ser lacônicos, contundentes, incisivos, sem apreciações estérteis e sem falar-vos de esperanças sobrenaturais.

Sabemos que sofreis, que lutais, que passais fome.

Em vez de longas cartas pastorais, catequese, esmolas e salões paroquiais, o que realmente quereis são hospitais, casas, justiça social, postos de abastecimento e escolas.

Fazer isto, sem omitir aquilo, é a árdua missão da Igreja, de qualquer que seja a denominação confessional, missão divina de tornar a terra menos desgraçada.

É alimentando-vos e sanando vossos corpos que teremos oportunidade de falar às vossas almas.

A evasiva de dizermos que tudo é dever do Governo, sem lhe darmos nossa colaboração cristã, é o que nos assegura o comodismo fácil, em vez de vivermos o difícil Cristianismo encarnado.

"O que tapa o ouvido ao clamor do pobre também clamará e não será ouvido."

(Prov. 21-13)

Ao recebermos a Sagração Episcopal, o nosso pronunciamento foi este: "A Causa Social de Nossa Pátria, o Nosso Episcopado".

Sempre, porém, ligados à Sé Patriarcal no desempenho das funções de Bispo Auxiliar, não tivemos a oportunidade de nos dedicarmos à causa social de nossa Pátria, a não ser cuidar da conservação do orfanato radicado em São Mateus, fundado por nós, e com quase 20 anos de existência.

Agora, tomamos aos nossos ombros um verdadeiro desafio, que é o de dirigir a recém-criada Diocese de Duque de Caxias, onde um tor de problemas sociais avoluma-se assustadoramente.

A luta não vai ser fácil, e por isso, concitamos a todos a colaborar, sem distinção de cor ou credo político e religioso.

Não vimos para excomungar ninguém, qualquer que seja a sua ideologia e muito menos negá-la sumariamente.

Idéias não se sufocam.

Não vimos para impor nada, pois a época do dogmatismo e da ditadura intelectual já passou.

Vimos, apenas, infundir um espírito cristão no estabelecimento da fraternidade humana, travando entendimentos com outros credos e com as diversas correntes ideológicas.

Se quebrarmos as fronteiras religiosas,

Se quebrarmos as fronteiras políticas,

Se quebrarmos as fronteiras raciais e ideológicas,

Se dilatarmos os espaços de amor à humanidade,

A Diocese de Duque de Caxias se tornará não apenas um lar amplificado, mas também um lar modelo.

Para chegarmos a este ponto, é necessária a colaboração de todos os espíritos lúcidos do Município e dos que nele tenham suas atividades.

A luta é difícil, porém apaixonante, e nós estamos fascinados por ela.

"Oh! Como é bom e agradável viverem unidos os irmãos."

(Salmos 133—1.)

Antes mesmo de nossa designação para esta Diocese, se alguém nos perguntasse qual o local que escolheríamos para exercício do nosso Episcopado, nós responderíamos: "Duque de Caxias".

Se Sua Beatitude, o Eminentíssimo Patriarca da Igreja Católica Apostólica Independente no Brasil, abrisse em nossa frente o mapa das Dioceses e nos desse o direito de escolher, nós escolheríamos Duque de Caxias.

Enfim (em linguagem profana), a Diocese de Duque de Caxias foi nosso primeiro amor.

Seja esta nossa Carta Pastoral, como de praxe, depois de lida e comentada aos fiéis, devidamente arquivada.

Que Deus nos guarde,

Que o Espírito Santo nos ilumine,

Que o Sangue de Cristo nos salve.

Dom Lapércio Eudes Moreira, Bispo Diocesano de Duque de Caxias.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Nasser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o ensino rural terá caráter prioritário. Este é o pensamento do Sr. Ney Braga, eminente Ministro da Educação e Cultura, ao estudar os diversos fatores componentes do desenvolvimento nacional.

Com base no sentido de urgência da recomendação encaminhada ao Prof. Euro Brandão, Secretário Geral do MEC, foram traçadas as linhas de um plano nacional de educação, que abrange as áreas mais remotas de nossos sertões, o que equivale a uma verdadeira campanha de esclarecimento das gerações novas de nosso País, quanto aos efeitos altamente frutíferos da Revolução.

O ensino de órbita urbana não seria nem será prejudicado com as justas preocupações do Ministro Ney Braga, que trata de interiorizar o ensino, abrindo horizontes radiosos para impressionantes populações rurais, privadas durante séculos de conhecer, pelo menos, nosso alfabeto.

Homem público profundamente sensível às reivindicações do espírito humano, o Ministro Ney Braga, através do Prof. Euro Brandão, dispõe-se a realizar trabalho verdadeiramente apostolar, proporcionando índice mínimo de conhecimento aos nossos patrícios da hinterlândia, cuja sorte foi devidamente entendida e

interpretada pela ARENA como instrumento doutrinário da Revolução de 1964.

Esta tarefa será iniciada — ao que sabemos — a partir do próximo dia 13 do mês em curso, na Capital do Rio Grande do Norte, quando 36 técnicos do Brasil e da UNESCO vão estabelecer, no prazo de duas semanas de estudos, em Natal, além de outras três semanas de pesquisas de campo, em Caicó, região do Seridó, as fórmulas estratégicas de melhor levar a instrução fundamental ao nosso povo.

Receba o Ministro Ney Braga minhas congratulações pelo extraordinário esforço que realiza; com a direta colaboração de seu Secretário Geral, Professor Euro Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para fazer um registro e, ao mesmo tempo, prestar uma homenagem à família brasileira, cujas tradições são de honra, de amor e de sentimento cristão.

Quando fui eleito à Constituinte de 1946, conheci um grande parlamentar, o Deputado Leão Sampaio. Militamos inicialmente na Comissão de Educação e Cultura e, posteriormente, na Comissão de Saúde, criada, se não me falha a memória, por iniciativa do Senador Ruy Santos. O Deputado Leão Sampaio, naquela legislatura e em várias outras de que participou, deixou sempre a marca da sua inteligência, do seu trabalho, da sua humildade, do seu elevado espírito parlamentar. Foi um grande representante do valoroso povo cearense, tendo dignificado sempre a Câmara dos Deputados.

Ontem, Sr. Presidente, assisti a um espetáculo que encheu de entusiasmo meu coração e fez-me acreditar na grande força do primado da família. As lutas e ataques contra a família se esboram diante da fortaleza da família brasileira, sintetizada no Deputado Leão Sampaio e sua estremecida esposa, D. Honorina, que ontem comemoraram suas Bodas de Ouro.

Sr. Presidente, comparecemos à cerimônia religiosa e depois à recepção no Clube do Congresso. Eles deram ao Brasil 13 filhos, 45 netos e 15 bisnetos. Lá estavam todos eles diante do altar da Igreja D. Bosco, presentes altas autoridades, entre as quais tive a satisfação imensa de ver o 1º-Vice-Presidente do Senado, que preside esta sessão, o nobre e simpático Senador Wilson Gonçalves, o Deputado Célio Borja, Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Vasco Neto, o Deputado Marcelo Linhares, o Deputado Geraldo Freire e tantos outros parlamentares, além de destacadas figuras da política e da administração, inclusive o Ministro Quandt de Oliveira, das Comunicações. Lá estavam seus amigos, o povo e, sobretudo, a grande e nobre representação cearense. Presenciamos um quadro impressionante, que enche o coração de todo homem de bem, que estima a família e quer vê-la fortalecida na sociedade, para o engrandecimento do País.

Sr. Presidente, registro este fato com muita emoção, dada a estima que tenho pelo grande parlamentar, o ex-Deputado Leão Sampaio. Ele continua nesta Casa, através de seu filho, o Deputado Mauro Sampaio.

É o registro que faço com a mais sincera alegria, emoção e orgulho, porque se trata de um homem público, digno chefe de família, cujos exemplos naturalmente vão-se estendendo para seus filhos, netos, bisnetos e para todos os brasileiros que desejam o primado da família, sem a qual não poderemos pensar em termos de um Brasil grande.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lenoir Vargas.

O SR. LENOIR VARGAS (ARENA — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ocupo a tribuna nesta sessão do Congresso Nacional para manifestar minha estranheza pela aprovação, no Senado, de emenda que propõe a alteração da legislação eleitoral, quando estamos praticamente a 60 ou 70 dias do pleito.

Essa emenda, encartada num projeto que se referia a casos esporádicos de novos Municípios, criados em 1976, prorroga por um mês o prazo de realização das convenções, que já fora encerrado no dia 27 de agosto. Parece-me que esta legislação excepcional, tão próxima das eleições, não virá pacificar e sim tumultuar o processo eleitoral. A título de se socorrerem emergências, criam-se situações genéricas de tal amplitude que não hão de amparar as organizações partidárias, sobretudo naquilo que compete à diligência que se deve ter em estruturar Município a Município, conforme estabelece a legislação eleitoral.

Estas excepcionalidades, é interessante notar, surgem, às vezes, justamente no âmbito daqueles que vivem a combater as exceções, a legislação excepcional. Mas quando se lhes abrem uma pequena oportunidade, criam casos excepcionais mais genéricos do que o próprio casuismo de uma proposição.

Assim, Sr. Presidente, desejava apenas manifestar a minha estranheza, a minha preocupação com referência a estas iniciativas que, tenho impressão, não vão aperfeiçoar, a título de socorrer emergências, a legislação eleitoral, mas, ao contrário, tumultuar o processo de registro de candidaturas, de realização de convenções, que o calendário baixado pelo Tribunal Superior Eleitoral já havia fixado. Acredito que teria sido mais prudente se deixassem realizar as eleições e, posteriormente, verificados os casos — porque esses ainda surgirão — se procurasse o remédio democrático e apropriado, mas nunca esse atropelamento de prazos, e esse encilhamento de situações que, por certo, vai criar problemas mais complexos para colocação em igualdade de condições dos candidatos a disputarem as eleições do dia 15 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lendo esclarecimento da Sra. Lydia Borges Santos, publicado na edição do jornal *O Globo*, de 18 próximo passado, em que, na qualidade de Diretora da Cia. de Seguro Aliança de Goiás, desmente acusações feitas pelo Dr. Rui Carricone no mesmo órgão em 11 do corrente, e ratifica que a Companhia está em dia com seus pagamentos. Solicito-lhe que não se esqueça de incluir na lista o processo acima mencionado.

É lamentável que a SUSEP não faça valer sua delegação de poderes e consinta a continuidade das operações. Concito a SUSEP e Cia. Aliança de Goiás no sentido de ampararem esta senhora que perdeu seu marido tragicamente num desastre automobilístico em 23 de fevereiro de 1974, e desde então vem lutando por todos os meios imagináveis para receber a irrisória quantia de Cr\$ 3.333,33, correspondentes ao seguro obrigatório, feito na aludida companhia.

Leio, para transcrição nos Anais desta Casa, os documentos antes citados e publicados em *O Globo*:

"LIQUIDANTE AFIRMA QUE ALIANÇA DE GOIÁS NÃO QUER INDENIZAR

Porto Alegre (O GLOBO) — O liquidante da Companhia de Seguros Aliança de Goiás, advogado Rui Carricone, renunciou em Juízo ao seu mandato, porque a empresa não atendeu as suas ponderações e deixou de pagar a cerca de 10 mil pessoas no Rio Grande do Sul, possuidoras de bilhetes de seguros por danos pessoais. A Aliança de Goiás, com sede em Goiânia e filial em Porto Alegre, entrou em liquidação no dia 19 de junho passado. Segundo o liquidante, a companhia não teve condições de sobreviver, porque operava em demasia com o seguro de Responsabilidade Civil Obrigatório de Veículos Automotores — Recovat, "agora alternada para DPVAT — que oferecem pouca garantia para uma margem de risco muito grande". Informou que a empresa havia pago no Rio de Janeiro mais de Cr\$ 100 milhões aos segurados.

Rui Carricone revelou que a liquidação foi voluntária e objetiva vencer a carta patente ou conseguir da SUSEP a liberação dos prejuízos para operar no seguro de danos pessoais de veículos automotores.

SEGURADORA E LIQUIDANTE

"Sobre notícia publicada na seção 'Seguros', na edição de 11 do corrente do *O Globo*, proveniente de Porto Alegre e envolvendo o nome da Aliança de Goiás Companhia de Seguros, temos a esclarecer, na qualidade de diretora, a bem da verdade, o seguinte:

"1 — O Dr. Rui Carricone foi, de fato, na condição de advogado e com amplos poderes, entre os quais os da cláusula *ad judicium*, representante da Aliança de Goiás Companhia de Seguros na cidade de Porto Alegre e com jurisdição, naturalmente, em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

"2 — Todavia, ao contrário do que se assevera com rara infelicidade, o dito profissional em tempo algum foi "liquidante" da sociedade naquele Estado. E nem poderia sê-lo, por uma gama considerável de razões, entre elas as que se enunciam: primeiro, porque a sociedade não está em regime de liquidação; segundo, porquanto tal termo, eleito por conta e risco daquele advogado, além de ser uma impropriedade técnica flagrante diante das atribuições expressas inscritas com palmar claridade no instrumento procuratório que lhe fora outorgado, contraria, de modo insofismável, uma realidade fática e jurídica.

"3 — Acrescente-se que esta sociedade, diante de declarações muito anteriores também prestadas por aquele profissional e veiculadas por órgão da imprensa gaúcha, nomeou novo representante para aquela unidade da Federação, cassando a procuração outorgada ao Dr. Rui Carricone, consoante o testifica a procuração lavrada nas notas do 22º Ofício de Notas, Cartório Balbino, desta cidade, em 4 do corrente (Livro 297, fls. 193-v.).

"4 — Esta sociedade está em plena atividade em todos os Estados, adimplementando, com a maior regularidade possível, e igualmente programando para os próximos meses seus compromissos indenitários. E o montante do que deve cumprir, em relação a seus segurados e terceiros, está muito aquém, em números absolutos, do que, de modo temerário e sem dúvida sem conhecimento de causa, afirmou o já mencionado advogado. Tampouco está descuidando esta sociedade dos interesses do nobre povo gaúcho no que a ela pertence, tanto que, no mês de junho último, liquidou indenizações que atingiram vultoso montante e ainda esta semana enviará a Porto Alegre emissário com o escopo de equacionar a conduta daquele representante.

"5 — Finalmente, defronte do conjunto das declarações daquele advogado, que, inclusive, sem qualquer oportunidade, envolveram órgão do Poder Público, esta sociedade já entregou o caso a sua assessoria jurídica, a fim de que esta indique quais as medidas necessárias a serem tomadas."

Lydia Borges Santos, Diretora da Aliança de Goiás Companhia de Seguros, Goiânia, GO."

Espero voltar a esta tribuna para agradecer as providências tomadas ou dar continuidade ao debate.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Vasco Neto.

O SR. VASCO NETO (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Senador Benjamim Farah, com a iltaneza que lhe é peculiar e com a sensibilidade que todos conhecemos, trouxe ao conhecimento da Casa a festa da

família Leão Sampaio, ontem realizada, e assistida, inclusive, por quase toda a bancada do Ceará. Como Líder ocasional da ARENA, no momento, solidarizo-me com o Senador Benjamim Farah, em nome de todo o Partido a que pertence o admirável cidadão, o pai de família, o congressista Leão Sampaio.

Leão Sampaio é realmente uma figura de proa que orgulha o Ceará, que orgulha o Brasil, que orgulha a Casa a que pertenceu. Leão Sampaio, meu padrinho, como costume chamá-lo, a quem estou ligado por laços afetivos e de tradição de família, merece de todos nós — ele, a sua família e o seu filho Mauro Sampaio, que o substituiu na Câmara dos Deputados — todas as homenagens da nossa bancada. Conheço o casal Leão Sampaio e Honorina, que é realmente marcante e modelo para a família brasileira. Como Líder da ARENA, repito, Sr. Presidente, registro o apoio da ARENA às palavras do Senador Benjamim Farah.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, leio, para que conste dos Anais do Congresso, entrevista concedida pelo jornalista Carlos Lacerda ao matutino *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, sobre o problema da literatura hoje no Brasil, sob o título — Um homem que vende livros a brasileiros que não querem ler:

“Todo mundo conhece o político Carlos Lacerda, ex-governador da ex-Guanabara — tido como uma das mais afiadas línguas (penas? máquinas de escrever?) do Brasil: Homem de resposta pronta e certa, perigoso adversário de discussão. Agora afastado da vida política, Carlos Lacerda dedica-se à menos polêmica mas não menos árdua vida de editor. Cuida de um dos mais importantes complexos editoriais do país, o que engloba as editoras Nova Fronteira e Nova Aguilar, responsável, entre outras coisas, pelo lançamento do novo Aurélio e pela criação da confraria dos amigos do livro. Esta é uma entrevista exclusiva deste Carlos Lacerda mais desconhecido — o editor.

Na IV Bienal do Livro, você participou de um simpósio sobre editoração. O que você achou da Bienal? Foi só uma festa de confraternização, ou teve alguma importância maior? E editoração? Como você define esta palavra?

Não vi a Bienal do Livro. O convite para falar ali me chegou atrasado. Tive pena de não vê-la, pois me disseram que estava muito bem organizada e ia ser, como foi, um sucesso. Fico para a próxima. Por isso, não participei do Simpósio sobre editoração. Depois de consultar o Aurélio, creio que posso especificar mais a excelente definição que ele dá ao vocábulo “editoração”. “É o ato de coordenar os meios necessários à produção de um livro. Abrange desde a leitura crítica do texto, a comparação, o exame em face da possível reação do livreiro e do público, até a redação das orelhas”, o exame da diagramação, da capa, etc. Em suma, é tudo o que se refere à produção de um livro, até que este saia da oficina para entrar em circulação no mercado.

Dizem que o mercado de livros está se expandindo. Você confirma isto?

Está. Mas, muito menos do que precisa e deve. Dois fatores principais atrasam a expansão do livro no Brasil:

1 — O maior de todos: a falta de hábito de leitura. Mais do que o próprio analfabetismo, é a alfabetização incompleta, que assola todas as classes e todas as categorias. O hábito de leitura é muito raro, ainda no Brasil. Em todas as camadas, o leitor é uma exceção. Quando se fala de expansão, pois, é preciso lembrar que por enquanto o que está havendo é um aumento do número de exceções.

2 — Evidentemente, a segunda razão é a pobreza da imensa maioria da população. Coloco em segundo lugar esse fator, embora seja tão importante, por motivo simples: se

todas as pessoas que podem comprar de tudo, já comprassem livros, a expansão seria muito maior.

Há outros fatores, ainda. Por exemplo: o livro é mercadoria que não agüenta, normalmente, gastos com anúncios em veículos caros, como a televisão. Por isto mesmo, no mundo inteiro, a televisão se ocupa de livros como tema de programas, alguns dos quais chegam a alcançar grande audiência. No dia em que a TV no Brasil fizer programas em torno dos livros, sobre livros, a propósito de livros, a pretexto de livros, mas programas vivos, interessando o público, lucrá muito, e o País também.

O movimento da Nova Fronteira é ascensional? Qual é a média de livros publicados por mês?

Sem dúvida. Temos crescido sempre. Hoje somos duas editoras, a Nova Fronteira e a Nova Aguilar, caso raro de empresa estrangeira, que se tornou nacional, quando passamos a ter maioria de ações nela, junto com nosso excelente sócio minoritário, José Aguilar, de Madrid. As duas editoras têm crescido sem parar. Mas um crescimento calculado, medido, não uma inchação. Publicamos uma média de 13 livros por mês, este ano.

Que parte cabe, na programação, aos autores nacionais? Quais serão os próximos a serem publicados? E a sua própria atividade de escritor?

Não dividimos os autores em nacionais e estrangeiros e sim em bons e medíocres. Temos trazido autores nacionais para o nosso elenco. Proximamente, vamos publicar as obras completas de José Lins do Rego. Acabamos de editar o Josué Montello, reeditar a Viana Moog e assim por diante. Uma das razões que nos levaram a ficar com a Aguilar — hoje chamada Nova Aguilar — foi precisamente a série de autores nacionais e portugueses que ela editava e que temos acrescentado autores injustamente esquecidos — exemplos: João do Rio (Paulo Barreto) e Ribeiro Couto, são editados por nós. Temos um Conselho Editorial criterioso e dedicado, que toma a sério a sua função de nos aconselhar e nos ajudar. Meu filho Sebastião, fundador da Nova Fronteira, voltou a dirigí-la junto comigo e com outros companheiros. Perdemos um excelente colaborador, o Roberto Riet Corrêa, que foi tentar sua própria editora, junto com um grupo europeu. Mas, até isto, se nos priva de sua útil e grata presença, constitui um motivo de alegria para nós: pois foi aqui, conosco, que ele aprendeu a trabalhar com livros, já sendo, como foi e é, um admirável executivo, ao qual desejamos o êxito que merece.

Entre os nacionais de próxima publicação tomo a liberdade de me incluir. Meu livro “A Casa de Meu Avô”, deve sair até o fim deste ano, numa edição limitada a 1.000 exemplares, com cerca de 20 fotografias de Sebastião Lacerda (o bisneto do meu avô, do mesmo nome). Essas fotos, por si sós, justificam o livro. Mas, simultaneamente, faremos uma edição comum com fotos apenas na capa, contracapa, mais barata, portanto. Enquanto em Londres deve sair a edição inglesa de meus contos, aqui trabalho, na biografia de Júlio Mesquita Filho e seu irmão Francisco Mesquita — um livro que está me dando um trabalho imenso, porque abrange praticamente 50 anos de História do Brasil — precisamente a contemporânea, tumultuada por falsos historiadores e por depoimentos incompletos, muitos deles facciosos. Esse livro espero que seja bom. Conto fazer um volume de leitura corrente, sem pretensões eruditas, como quem conta uma história, e um segundo volume, então com as fontes, a documentação, etc. Mas, é um trabalho realmente muito difícil, cuja história talvez acabe sendo melhor do que o próprio livro. Em todo caso, espero não desmerecer a confiança com que me honrou a família desses dois jornalistas, dando-me a incumbência.

É verdade que vai sair uma edição reduzida do dicionário de Aurélio? Quando e com que características?

Verdade, é. Mas, quando? Cada vez que contamos aprontar os originais — que afinal mestre Aurélio nos entregou — para o Aurélio-Mirim, chegaram mais pedidos do Aurélio. Neste momento, por exemplo, chega de Alagoas um pedido de 50 exemplares — e não temos como satisfazê-lo. Pois existem volumes nas livrarias, ainda, mas na distribuidora só teremos novos exemplares para reposição — em outubro. Assim sendo, estamos ainda estudando a conveniência de sair já o Mirim, antes que o outro chegue a um nível razoável de saturação no mercado. Ao contrário do que geralmente pensam os leigos no assunto — muitos dos quais opinam freqüentemente sem se dar ao trabalho de conhecer a matéria sobre a qual opinam — um livro é sempre um projeto. Cada livro é um projeto diferente e tem de ser avaliado sob vários ângulos. Principalmente uma obra que veio desencadear um processo tão curioso de curiosidade e atração, como é o Dicionário Aurélio. Ele será muito imitado, é claro. Mas não creio que o consigam igualar, pois o Aurélio não é obra de fachada nem de sensacionalismo editorial. É uma obra séria, que levou muitos anos e praticamente absorveu a extraordinária vocação desse homem extraordinário que é o grande dicionarista brasileiro Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Muito editor teve na mão esses originais e mesmo lhes dando valor, recuou. Nós acreditamos nele a tal ponto que lançamos a obra na oficina e nas livrarias. O financiamento — apesar de ter andado depressa (cerca de 6 meses), chegou depois. Apostamos nessa obra tudo o que a Editora Nova Fronteira havia conseguido obter com Agatha Christie, Arthur Hailey, Simmel e outros autores de constantes sucessos. Ganhamos a parada. Como a inveja é um dos defeitos de uma comunidade tão cheia de qualidades, como a brasileira, mas roída por dois graves defeitos (a inveja e a adulação), isto nos tem custado não poucas dificuldades. Mas, vamos em frente. Ter acreditado no êxito comercial do Dicionário Aurélio não é o menor dos méritos da Nova Fronteira. Mas é uma das razões pelas quais continuamos a lhe dedicar grande parte da nossa atenção. Ainda agora, publicamos o "Pontuário de Redação Oficial", de João Luiz Ney. É um livro utilíssimo, que não só é recomendável a quem tem que escrever oficialmente como a quem tem que ler o que oficialmente se escreve. Se lhe seguirem a lição, vai melhorar muito o rebuscado, pomposo, redundante, florido, dengoso, impenetrável e, sobretudo, louvaminheiro estilo burocrático que herdamos dos portugueses e temos piorado ao longo de séculos de rotina e circunlóquio.

— E a sua atividade de tradutor? Qual foi a sua última tradução publicada? Qual será a próxima?

A última está sendo agora reeditada em edição comum. Creio que é a melhor tradução que consegui fazer. "A Vida de Miguel Ângelo", de Romain Rolland, que saiu em edição de luxo e saiu agora numa 2ª edição. É um livro belíssimo, valorizado ainda pela introdução de Dioclésio Redig de Campos, o brasileiro que dirige os museus do Vaticano. A próxima tradução está ainda na minha mesa, falta acabar. É um curioso trabalho de ciência política, conciso e muito oportuno. Chama-se "Curto Tratado de Sovietologia para Uso de Políticos, Militares, Intelectuais". Apesar do título pitoresco, ou por isto mesmo, é um trabalho sério e inteligentíssimo, sobre a estratégia e as táticas do comunismo russo.

Quantas obras a confraria dos Amigos do Livro já publicou? Qual é o seu programa para os próximos meses? Os livros da confraria são vendidos em livrarias?

A confraria, propriamente, vai publicar agora seus primeiros livros. A Nova Fronteira já editou, quando a

confraria estava em formação e era apenas um sonho, o álbum dos quaresmas do Brasil, a edição bilingüe de sonetos de Shakespeare, na tradução magistral de Ivo Barroso, e o Miguel Ângelo, já citado. Agora, vamos publicar para os membros da confraria, o Álbum do Rio — 1900, extraordinárias fotografias do Rio, no começo do século. A série "Gênio e Realidade", começará breve, provavelmente com a edição ilustrada igualzinha à francesa, da vida de Júlio César. A grande sensação editorial da confraria dos Amigos do Livro será o lançamento do "Erte", em co-edição com Franco Maria Ricci, de Parma e Milão, na Itália. Esse é vendido em Nova Iorque, a 100 dólares cada exemplar. Nós poderemos vendê-lo por menos, numa edição extremamente igual, o mesmo papel, a mesma qualidade, gravura, o texto do, lingüista Roland Barthes traduzido por Afonso Romano de Sant'Anna e Marina Colassanti.

Esse livro é uma preciosidade como obra de arte. Será o segundo à disposição dos membros da confraria. Depois, e a preço bem mais alto, será distribuído no mercado. No ano que vem, temos uma coletânea de poemas de Cecília Meireles — cuja obra completa é editada por nós — com 10 desenhos especialmente feitos para nós — pela grande Maria Helena Vieira da Silva, uma das maiores pintoras contemporâneas, portuguesa naturalizada francesa, que foi grande amiga de Cecília e aceitou fazer esses desenhos para a Nova Fronteira e a confraria. Outros livros estão no estaleiro. Trabalho não falta, nem disposição. Nossa equipe das duas editoras é o melhor que há, gente dedicada e séria, que trabalha esportivamente, quero dizer, com seriedade, com amor.

Quero dizer também que estamos oferecendo às livrarias, esta semana, um livro muito bonito: "Duas Existências", de Jean Giraudoux, com introdução de Otávio de Faria. Maria Helena Trigueiros acabou esta semana a tradução do "Le Grand Meaulnes", famoso romance nunca publicado no Brasil. E, ainda, Josué Montello, assumiu a direção da coleção Grandes Romances Universais, que vamos começar. Luiz Forjaz Trigueiros dirige a nossa Coleção Extraordinária, na qual sairá "Hitler, de Joachim Fest."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrado o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Brasília, 9 de setembro de 1976.

Do Senador Agenor Maria
Presidente eventual da Comissão Mista
Ao Excelentíssimo Senhor Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente eventual da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1976, que "altera os itens I e II do artigo 26 da Constituição Federal", solicito a Vossa Excelência a prorrogação até o dia 14 do corrente, prazo concedido a este órgão para apresentação de seu parecer, que se encerrou no dia 7 de setembro.

Outrossim, esclareço que tal pedido se justifica pela complexidade da matéria objeto de estudo, que está a exigir do Exmº Sr. Relator Deputado Gomes da Silva, um prazo mais dilatado para elaboração de seu parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração. — Senador Agenor Maria, Presidente eventual.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1976, que modifica a redação do art. 15, § 1º, alínea a, da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 72, de 1976-CN, da Comissão Mista, contrário, com voto vencido dos Deputados Joaquim Bevilacqua, Laerte Vieira e Antunes de Oliveira e dos Senadores Benjamim Farah e Agenor Maria.

Não há oradores inscritos para encaminhamento de votação.

A Proposta de Emenda à Constituição exige **quorum** qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número no plenário, a Presidência deixa de submeter a matéria à votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo que tratar, encerro a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 164ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE SETEMBRO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Pães de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalmá Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira —

MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Neto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hêlio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Francisco — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sílvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hêlio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Ber-

nardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rorondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 38 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Caixa Econômica Federal e outros estabelecimentos de crédito suspenderam a concessão de empréstimos simples aos funcionários aposentados.

A intempestiva medida colheu de surpresa os interessados, provocando generalizado descontentamento, especialmente junto

aos inativos que, percebendo vencimentos incompatíveis com o elevado custo de vida, se valem desses empréstimos para equilibrar o orçamento doméstico, renovando-os periodicamente.

Acresce ainda dizer que não há como justificar tão odiosa decisão, quando é notório o estado de opulência da Caixa Econômica Federal, controlando as mais requintadas modalidades de jogos de azar, como a Loteria Esportiva, a Boloteca, além da poupança popular.

O servidor inativo já injustiçado, mercê dos humilhantes vencimentos percebidos, ainda sofre novos vexames quando um órgão do Governo lhe fecha as portas, negando-lhe o crédito indispensável à manutenção de sua família.

Esta é a dura verdade.

Em face do exposto, formulo veemente apelo ao Ministro da Fazenda para que reformule a decisão da Caixa Econômica, revogando a suspensão de empréstimos simples aos inativos do Serviço Público Federal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Deputado Athiê Coury.

O SR. ATHIÊ COURY (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a Associação Beneficente dos Alfaiates de Santos — ABAS, através de seu presidente, Odilon Barbosa Santos, está promovendo o X Congresso dos Alfaiates do Brasil.

O conclave, que é nacional, será levado a efeito no Clube de Regatas Santista, nos dias 15 a 18 do mês em curso, na cidade de Santos.

O certame foi sofisticadamente organizado, Sr. Presidente. Cada alfaiate, dos mais conhecidos, desde o Rio Grande do Sul ao Amazonas, recebeu circunstanciado convite para a participação, subscrito pelo presidente da ABAS. Do convite consta referência ao "Grande Desfile de Modas", que será realizado durante o Congresso, do qual poderá fazer parte o próprio alfaiate, desfilando na passarela vestindo suas próprias criações.

O profissional que não queira ele mesmo fazer demonstração das roupas que criou, poderá utilizar-se dos manequins para tanto contratados pelos promotores do Congresso.

As roupas serão previamente submetidas a uma Comissão de alto nível, sendo que as não aprovadas para o desfile ficarão em exposição.

Os temas a serem debatidos foram antes apresentados por escrito à mencionada Comissão.

Acompanha o convite um folheto que, além de fornecer as exatas medidas do paletó e da calça dos manequins contratados, estende-se a minúcias dignas de nota, sugerindo a preparação de trajes que poderão ser exibidos.

Pela particularidade dos ângulos — desconhecidos por nós — através dos quais as recomendações foram formuladas, passamos a lê-las na íntegra:

1) um terno para fim de semana ou campo — Traje esporte.

Uma ampla categoria, porém ligeiramente formal.

Por exemplo, um traje que já se usa na sexta-feira, no escritório, para em seguida sair ao campo.

Não é imprescindível que a parte superior combine com a calça, isto é, serem do mesmo tecido, desenho ou cor.

2) Um terno para viagem.

Os participantes devem levar em consideração os problemas atuais de um executivo que poderá empreender uma viagem de negócios de carro ou de avião, e no final dessa viagem atender imediatamente a um encontro de negócios.

Espera-se que apareçam novas idéias, que irão ao encontro ao problema: onde guardar o passaporte ou outros documentos de viagem (bolsos suficientes) ou poder sentar com conforto, em locais não muito amplos, sem que, no final da viagem, se apresente amarratado para a reunião.

3) Um traje para noite.

Não é necessário que seja um traje formal ou mesmo um *dinner-jacket*.

A categoria é intencionada para idéias do que usaria um homem de negócios, desde um *cocktail* até a meia-noite.

4) Dois estilos completamente livres, menos safari e jaqueta.

É solicitado aos participantes que especifiquem claramente, em benefício dos comentaristas e da imprensa, qual o propósito do estilo, e que tipo de homem e para que fim usará ele esses trajes.

Quanto mais preparado o comentário, melhor a possibilidade de despertar o interesse da crônica especializada.

A organização do conclave é perfeita, Sr. Presidente. Seus realizadores da ABAS foram longe. A cada colega, ao qual endereçado o convite, enviaram uma página minudentemente explicativa, descrevendo como preparar a viagem até Santos. Ao final dessa página, oferecem-se para reservar as passagens e lembram que em agosto de 1977 o Brasil será a sede do XVII Congresso Mundial dos Mestres Alfaiates, a ser levado a efeito na cidade do Rio de Janeiro.

Esse encontro dos mestres da tesoura em Santos, Sr. Presidente — que são os responsáveis pela nossa melhor aparência, por nossa mais adequada apresentação —, oferece como principal meta a confraternização e a troca de idéias entre os alfaiates de todo o Brasil. Ali serão discutidos assuntos de relevante interesse para a classe, razão por que entendemos que será sobremaneira concorrido. E das modas originais que vieram a exibir, cada parlamentar constitui um candidato em potencial para vesti-las.

Por isso, Sr. Presidente, além de sugerir que cada alfaiate brasileiro que tenha novas criações participe do certame, lembro aos eminentes colegas que essa é mais uma oportunidade que se lhes apresenta para visitar Santos, nos próximos dias 15 a 18. Além de voltarem a experimentar a satisfação de rever a progressista comuna bandeirante, de caras tradições, poderão ter ensejo de adquirir novos trajes com que colorir e valorizar suas presenças no Congresso Nacional.

Vestir bem há muito tempo deixou de ser privilégio dos londrinos.

Os brasileiros estão adquirindo, no exterior, a justa fama de se calçarem, de se vestirem, de se apresentarem ao público com discreta e fina elegância.

Cumprimentando os promotores do X Congresso Nacional dos Alfaiates do Brasil, com Odilon Barbosa Santos à frente, pelo sucesso que antevero para o oportuno conclave, aproveito a ocasião para solicitar a V. Exª e aos demais integrantes do Congresso Nacional que prestigiem os virtuosos brasileiros da arte de bem-vestir.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Deputado Prisco Vianna.

O SR. PRISCO VIANNA (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em recente Sessão do Congresso, tive ocasião de tecer alguns comentários sobre distribuição de recursos do POLONORDESTE, feitas em reunião da SUDENE, realizada na cidade de Petrolina, e manifestei estranheza pela desproporção das cotas rateadas entre os Estados. Enquanto a média de recursos distribuídos para os Estados do Nordeste tinha sido de 400 milhões de cruzeiros, para o Estado da Bahia havia sido destacada apenas a dotação de 45 milhões de cruzeiros.

Estou, neste instante, recebendo uma carta do Sr. Superintendente da SUDENE, retificando a informação que motivou nosso comentário da tribuna do Congresso. E como devemos ficar com a verdade e fazer justiça nos pronunciamentos que aqui fazemos, quero retificar aquela minha informação para acolher agora a do Sr. Superintendente da SUDENE, segundo a qual, em lugar de 45 milhões, a Bahia foi contemplada com a importância de Cr\$ 683,6 milhões de cruzeiros para o exercício de 1976.

Essa retificação implica também remover a crítica formulada ao que, à época, nos pareceu uma injustificável omissão do representante da Bahia na referida reunião da SUDENE. Solicito a V. Exª que autorize encaminhar à Taquigrafia o texto desta carta.

para que, sendo feita a retificação, também se faça justiça à SUDENE.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PRISCO VIANNA EM SEU DISCURSO:

"Senhor Deputado:

Fazemos referência ao pronunciamento de V. Ex^a junto ao Congresso Nacional, conforme se constata através do "Diário" daquela Casa, de 30-6-76, quando se faz alusão à destinação de recursos para o Estado da Bahia.

Informamos a V. Ex^a que durante a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada em Petrolina, foram assinados Convênios com diversos Estados, tendo sido alocados recursos para projetos com vistas a uma programação plurianual (76/79).

No caso do Estado da Bahia, os recursos alocados — Cr\$ 48 milhões para o PDRI — Pólo Irecê, dizem respeito apenas às atividades a serem desenvolvidas em 1976, devendo ser alocados ainda para referido projeto recursos necessários à sua completa implementação; o que poderá ser definido quando da elaboração do Programa Ações Global para a área em apreço.

Tal mecanismo, ou seja, a aprovação imediata de recursos para o primeiro ano de atividades através de um Plano Operativo, se deu exatamente em função da crise atual que a região está atravessando, dada a escassez de chuvas.

Considerando as programações já estabelecidas para os anos de 1975/76, o Estado da Bahia foi contemplado com recursos da ordem de Cr\$ 877,9 milhões, sendo a dotação de 1976 da ordem de Cr\$ 683,6 milhões, com os seguintes destaques: PDRI — Bacia do Paraguacu — Cr\$ 80 milhões; PDRI — Irecê — Cr\$ 40 milhões; PDRI — Tabuleiros Costeiros — Cr\$ 40 milhões; Projetos Irrigação — DNOCS — Cr\$ 92 milhões; Projeto Irrigação — CODEVASF — Cr\$ 172 milhões; Programa de Apoio aos Projetos de Irrigação — CODEVASF — Cr\$ 17,3 milhões; Projeto de Colonização dos Rios São Francisco e Corrente — Cr\$ 180 milhões e Crédito para os PDRI's — Cr\$ 62,3 milhões.

Na certeza de que estas informações serão por demais úteis ao ilustre Deputado, colocamo-nos à disposição de V. Ex^a, ao tempo em que renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração. — José Lins Albuquerque, Superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a imprensa paulistana publicou no mês de junho passado (notadamente o *Diário de S. Paulo*, em sua edição do dia 3 daquele mês), um longo artigo, assinado pelo Comendador Jean Vejan, Presidente da Collybus, com o sugestivo título de "Porque Entrei na ARENA".

Inicialmente, e em apenas um parágrafo traça o autor um quadro bastante vívido do que era o cenário político brasileiro antes da Revolução de 1964. Diz ele textualmente:

"Há doze anos vivemos num novo regime no Brasil. Os múltiplos partidos políticos brasileiros de antes da Revolução, sem programas que os caracterizassem, criados pela obsessão do poder e ambições pessoais de cada político que pretendia ser um líder, foram reduzidos a dois partidos, que podem ser considerados, ambos, revolucionários."

Se é verdade que essa opinião parte de um homem nascido em terra estranha à nossa, Sr. Presidente, é verdade também que ele a dá com a responsabilidade de quem vive no Brasil há 27 anos e é brasileiro por opção há 22 anos. Quer dizer, já é espectador da vida política brasileira há um tempo suficiente para lhe dar acuidade bastante para opinar com conhecimento de causa.

Ademais disso, Srs. Deputados, não é um homem comum que está escrevendo. O Comendador Jean Vejan escreve para jornais no Brasil há doze anos, tendo nesse período publicado alguns livros.

Especialista em assuntos sócio-econômicos, as análises que ele tem feito de nossa realidade política, social e econômica não são as de um amador, mas as de um profundo conhecedor. Por isso, também se torna mais importante seu depoimento do porque veio a escolher a Aliança Renovadora Nacional como o partido político de sua preferência.

Quando ele julgou haver chegado a hora de escolher entre uma das duas agremiações políticas que estavam à sua disposição, ou ficar neutro, passivo, Jean Vejan não teve dúvidas; ingressou na ARENA. Eis aqui, Sr. Presidente, alguns dos pontos essenciais que levaram esse escritor e jornalista a tomar a decisão feliz. O primeiro deles ele mesmo não-lo dá, em suas próprias palavras:

"Como os Governos revolucionários são representados politicamente pela ARENA, entendi que a minha atuação patriótica, para ajudar o nosso Brasil a crescer e para edificar o povo sobre a verdade do atual regime militar brasileiro, de sua dignidade patriótica, de sua democracia disciplinada e concedida só aos que a merecem, eu só tinha um caminho político-partidário a escolher: aquele que, de mãos dadas com o Governo, luta para a defesa de nossa tranquilidade e do progresso de nosso País. Por isso entrei na ARENA."

Frisando muito bem que durante todo o tempo em que no Brasil apoiou e continua apoiando o esquema revolucionário, o Comendador Jean Vejan alinha as razões por que dispensou esse apoio, o que o levou, afinal, a alinhar-se com a ARENA:

— Pelas realizações sócio-econômicas de infra-estrutura e integração nacional;

— Pela tranquilidade política que nos oferece, defendendo-nos contra a subversão, o caos e a anarquia;

— Pela oferta de possibilidade de trabalho pacífico a todos;

— Pela liberdade religiosa;

— Pelo respeito ao homem, independentemente de cor, raça e religião.

Na qualidade de arenista, Sr. Presidente, sinto-me muito à vontade para aplaudir a decisão que esse digno cidadão brasileiro por opção consciente tomou. Se eu já não fosse arenista por convicção, sua palavra hoje me ajudaria a uma decisão também consciente. Ajudam-me, entretanto, a valorizar a decisão que um dia tomei de engrossar as hostes da Aliança Renovadora Nacional em Goiás, bandeira pela qual me venho batendo há anos com o melhor de minhas forças.

Meus aplausos efusivos pela sincera opinião de um homem, embora tendo que lamentar, como lamentou em seu muito bem lançado artigo, o fato de não ter nascido neste chão sagrado do Brasil, contudo, ao assumir a cidadania brasileira, assumiu também a responsabilidade de ajudar a levar o Brasil para a frente.

Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste Plenário, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 23 e 25, de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição números:

19, de 1976, que dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f, e altera a redação do § 1º do art. 177 da Constituição Federal;

21, de 1976, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação anual, pela União, de nunca menos de doze por cento, e, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e quatro por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, tendo

PARECER, sob nº 70, de 1976, contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 19 e favorável à de nº 21, de 1976.

Em discussão as propostas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA — MA. Ser revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, a vida tem os seus desígnios e o destino os seus caprichos. Hoje, exatamente hoje, é o dia do aniversário do eminente Senador João Calmon. Quis Deus que eu tivesse a ventura suprema de, na data de seu natalício, assistir à discussão da emenda por ele apresentada, que representa muito do seu sonho, do seu esforço e do seu idealismo.

Duas são as propostas ora sob a apreciação do Congresso Nacional: uma, da autoria do nobre Deputado Ruy Codo e outros Srs. Deputados; a outra, a de nº 21, como assinalamos, com a assinatura de grande número de parlamentares, tem a liderá-los o nobre Senador a que acabo de me referir, que com tanto brilho representa, na Câmara Alta, o Estado do Espírito Santo.

João Calmon, em homenagem que hoje lhe foi prestada, na tranquilidade do seu gabinete, tendo como assistentes seus auxiliares e seus companheiros de Parlamento, jornalistas e amigos, dizia — e eu gravei a frase: “O meu último alento eu darei também na luta pela cultura do povo da minha terra.” E foi justamente na esteira desse objetivo, foi procurando converter em realidade incondicional o seu desiderato, que ele houve por bem apresentar a Emenda nº 21, que mereceu do eminentíssimo Deputado Prof. Flexa Ribeiro parecer favorável. O nobre Senador pelo Estado do Espírito Santo pretende exatamente que a União aplique nunca menos de 12%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 24%, no mínimo, da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. E continua João Calmon, na justificação da proposta de emenda constitucional — e a isto se refere o Relator Flexa Ribeiro — dizendo que a matéria já constituía, no passado, imposição constitucional posteriormente derogada. Peregrinando por esse Brasil afora, permanentemente com a bandeira da Educação, escrevendo livros e proferindo conferências, Calmon conseguiu trazer, como soldados da sua batalha — por que não dizê-lo? — a consciência nacional. E hoje tenho certeza de que a emenda por ele apresentada, com parecer favorável da Comissão que estudou a matéria, há de merecer o apoio dos dois Partidos, que outra coisa não pretendem também, senão aquela que Calmon deseja e aspira com tanta perseverança e tanta veemência.

A proposta de emenda do nobre Deputado Ruy Codo merece nossos aplausos, tendo sido destacada no parecer do eminente Relator da matéria. Mas S. Ex^a preferiu, na conclusão do seu voto, a proposta de emenda do Senador João Calmon, por considerá-la mais consentânea com os objetivos que colima.

Trata-se de matéria amplamente conhecida, debatida e ardentemente esperada por todos os parlamentares.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estas as considerações que um representante do Estado do Maranhão desejava fazer, felicitando o Senador João Calmon, duplamente: não só pelo transcurso de seu natalício, mas também porque seu sonho há de tornar-se realidade dentro de poucos dias, ao transformar-se sua emenda em preceito constitucional, em benefício da cultura brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Congressistas, tudo que se fizer no País em favor da Educação deve ser louvado e aplaudido. Entendo, pois, que a Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo nobre Senador João Calmon, a qual teremos oportunidade de votar, há de ser recebida por nós como mais uma preciosa contribuição que S. Ex^a oferece ao País, em sua missão de parlamentar, no combate do subdesenvolvimento. Creio que obteremos os melhores resultados dessa medida, porque é pela educação que tudo começa e por onde tudo se faz. Acredito mesmo que o grande homem de amanhã não será aquele que mais possuir recursos, for o mais simpático ou tiver melhor poder de comunicação, mas, sobretudo, aquele que houver

granjeado, através da educação, as condições essenciais para se tornar útil à sua Pátria, à sua comunidade, à sua família.

O art. 176 do texto decorrente da Emenda Constitucional nº 1, ao que me parece, é o núcleo do sistema educacional brasileiro, o pólo do qual deverão irradiar-se as medidas que o Poder Público tomará em favor do ensino nacional. A política educacional consubstanciada nesse preceito de nossa Carta Política tem seu processo de execução previsto no art. 177, que atribui à União, aos Estados, aos Municípios e até aos Territórios a incumbência prioritária de incrementar o ensino. Mas o referido dispositivo infelizmente não determina o quantitativo a que o Poder Público se deva obrigar a fim de atender aos programas de ensino. Há a Lei de Diretrizes e Bases, de 1971, que fixa essa quota, mas apenas para os Municípios. Nunca a lei determinou que a União destinasse recursos para a Educação, mas apenas aos Municípios. Estes, por força de lei, têm de aplicar obrigatoriamente a importância correspondente a 20% da sua receita tributária no ensino primário. Se não o fizerem ficarão sujeitos à pena constitucional, prevista na letra “j” do art. 19 da Constituição. Nosso Estatuto Magno, no §- 3º do art. 15, determina:

“A intervenção nos Municípios será regulada na Constituição do Estado, somente podendo ocorrer quando:

f) não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de 20%, pelo menos, da receita tributária municipal.”

Sr. Presidente, vê-se que é pesada a imposição prevista aos Municípios, quando o Poder municipal não aplicar esse percentual de sua receita no ensino primário. Unicamente o Município tem a obrigação de fixar, em seu orçamento, a importância relativa a esse percentual com que cumprirá os programas e projetos de sua alçada. Dir-se-á, que a União e os Estados, por outro lado, também ajudam, porque fazem convênios com os Municípios e subsidiam programas especiais de ensino fundamental, com mais bolsas de estudo doadas pelo Ministério do Trabalho.

Há programas também amplos de ensino, como é o caso do MOBRAL. Realmente, a União e os Estados ampliam esses recursos através dessas providências, mas, a meu ver, de forma desordenada, sem uma limitação correta — poder-se-ia dizer — porque tudo se faz improvisadamente, ao sabor das necessidades que surgem. Não há um programa fixo de despesas, nem é determinado um percentual para fazer face às necessidades fundamentais do ensino. Exatamente para preencher essa lacuna, o eminente Senador João Calmon se lembrou de oferecer a presente emenda ora em discussão. Por ela a União se obrigará a aplicar nunca menos de 12%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 24%, no mínimo, da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Creio, Sr. Presidente, que não se podia esperar uma lembrança mais acolhedora para o ensino público. Talvez até se estenda à área do ensino privado, pois há universidades e escolas de ensino secundário no setor privado que são favorecidas pela ajuda do Poder Público. Mas, Sr. Presidente, creio que esta emenda do Senador João Calmon, na verdade, foi dotada de uma inspiração evangelizadora, como também creio que esses recursos muitas vezes se estenderão às áreas humildes nos campos, em que a educação está reduzida às mínimas expressões e aos menores índices de atendimento porque é exatamente lá que se vai encontrar o mais alto registro do déficit escolar.

Sabemos, Sr. Presidente, que, na verdade, o Brasil se tem transformado, nos últimos tempos, através dos investimentos. Conforme acentua o nosso companheiro Deputado Flexa Ribeiro, em seu parecer, temos alcançado pontos positivos graças a investimentos na área da habitação, da Previdência Social, das comunicações, dos transportes, da energia. Nessas áreas o Governo tem aplicado recursos, tem ampliado a sua ação de assistência.

Mas, Sr. Presidente, no terreno da educação, infelizmente, apesar do esforço, da boa vontade, do maior interesse — e não há

quem possa negar isto — esses índices, infelizmente, têm caído de modo assustador.

Diz a nossa Constituição do Império de 1824, que "a instrução primária, — aquela para onde, eu penso, esses recursos caminharão em maior quantidade — "é gratuita a todos os cidadãos." Está escrito no art. 179, § 32. De outra forma também não pensou a Constituinte de 1934, e lá estabeleceu: o "ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos." É o que preceitua o art. 150, Parágrafo único, letra "a". A de 1937 diz que "o ensino primário é obrigatório e gratuito". A Constituição de 1946 estatuiu, no inciso I do art. 168, que "o ensino primário é obrigatório. . ." E no inciso II: "o ensino primário, oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos". A Constituição de 1967 ampliou essa faixa etária da obrigatoriedade, fixando: "o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais" É o que dispõe o art. 168, § 3º, inciso II. E a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, estabeleceu: "O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais" — art. 176, § 3º, inciso II.

Mas, mesmo que não o fosse, estaríamos diante de um pronunciamento por demais respeitável a esse respeito, ou seja, a palavra de S. Exª, o Sr. Presidente Geisel, uma vez, em Porto Alegre, perante representantes sindicais, operários, diante do povo, que lhe aplaudia em face dos inestimáveis benefícios que o seu Governo tinha trazido à população brasileira. O Presidente Geisel, então, declarou que era preciso ajudar a impulsionar a educação, por todos os modos, porque não se pode admitir o desenvolvimento que desejávamos alcançar se não houvesse uma eficiente ação da presença do Governo na área da educação: Tal pronunciamento foi repetido diante dos jornalistas, em Paris, por ocasião da sua viagem à França. Quando, então, concedeu uma entrevista coletiva, o Presidente Geisel reiterou esse mesmo pensamento, isto é, de que só a educação pode constituir a base mestra, o alicerce fundamental do nosso desenvolvimento.

O ensino primário é gratuito. Por ser gratuito e por ser primário, ele abrange a maior extensão do nosso País, sobretudo quando nos detemos diante dos problemas decorrentes da explosão demográfica.

Sr. Presidente, este é o maior desafio da nossa época: alfabetizar a população que precisa do ensino primário e que, antes de tudo, há de confiar em recursos próprios, acertadamente fixados, para que os programas não desapareçam, não se percam, não se diluam ao sabor das improvisações, ao sabor das experiências que, não raro, são feitas no mundo da tecnocracia, no mundo do planejamento.

Sr. Presidente, não quero trazer, aqui, estatísticas para valorizar as razões em que se funda a emenda do eminente Senador João Calmon. Mas apenas gostaria de dizer à Casa que tenho comigo um pequeno livro intitulado "Os Países Subdesenvolvidos", escrito por um ilustre Professor da Sorbonne, Yves Lacoste, que passou muitos anos estudando e meditando sobre o assunto. Num livro, como há pouco declinei, sobre os países subdesenvolvidos, Prof. Lacoste fixa, apresenta e oferece o que chama "os caracteres constitutivos do subdesenvolvimento", que, o seu ver, são 14, ou os índices pelos quais se pode fixar uma situação de subdesenvolvimento em qualquer país do mundo. O primeiro, evidentemente, de caráter material, seria relativo à insuficiência alimentar. O Prof. Yves Lacoste indica como segundo critério a baixa renda nacional média e os baixos níveis de vida; o terceiro critério seria o da industrialização reduzida; o quarto, o fraco consumo da energia mecânica; o quinto, uma situação de subordinação a que ele chama de subordinação econômica; o sexto índice seria a hipertrofia do setor comercial; o sétimo seria o das estruturas sociais ultrapassadas; o oitavo, o fraco desenvolvimento da classe média; o nono, uma frágil integração nacional; o décimo, o subemprego; o décimo-primeiro, a intensa natalidade; o décimo-segundo, o precário estado sanitário; o décimo-terceiro, a falta de

uma consciência geral. Mas o décimo quarto, o mais importante, está aqui, Sr. Presidente: o deficiente nível de instrução.

Infelizmente, ainda temos índices de instrução muito baixos e é preciso que lutemos para que saíamos dessa posição. É necessário que o Governo tenha, efetivamente, recursos, tenha verbas previamente programadas e acertadas quantitativamente, dentro do Orçamento, para que possamos lutar no sentido de eliminar esse índice de subdesenvolvimento referido no trabalho do professor francês.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que a contribuição do Senador pelo Espírito Santo, Sr. João Calmon, é daquelas que mobilizam a atenção de todos nós e que merecem a aprovação do Congresso Nacional.

Agradeço a V. Exª e aos dignos pares a honra que me deram, ouvindo-me nesta oportunidade.

Desejo, terminando, dizer que este assunto, pelo alto mérito que encerra, não há de ser matéria que pertença a decisão político-partidária, seja do Movimento Democrático Brasileiro, seja da Aliança Renovadora Nacional, mas é assunto que nos pertence como representantes dignatários do mandato, mandatários do povo que precisa, acima de tudo, de educação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inscrevi-me para a discussão das Propostas de Emenda à Constituição, nºs 19 e 21, de 1976, que cuidam de assegurar, através de vinculação constitucional, substanciais recursos financeiros para o custeio da educação no Brasil.

O § 2º do art. 62, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, assim estabelece:

"Ressalvados os impostos mencionados nos itens VIII e IX do art. 21 e as disposições desta Constituição e de leis complementares, é vedada a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, estabelecer que a arrecadação parcial ou total de certos tributos constitua receita do orçamento de capital, proibida sua aplicação no custeio de despesas correntes."

Essa norma de nossa Carta Magna se, por um lado, ordenou melhor o orçamento financeiro da União, já que ele, segundo os estudiosos das finanças públicas, deve ser uno e indivisível, por outro, trouxe um certo retraimento do Governo, com relação a alguns investimentos fundamentais para o desenvolvimento social do País. E ainda há pouco ouvíamos, neste particular, a palavra do nobre Deputado Geraldo Guedes, que, depois de salientar os vários aspectos positivos da arrancada desenvolvimentista do Brasil nos últimos anos, notadamente a partir de 1955, quando assumiu o Governo o ex-Presidente Juscelino Kubstchek de Oliveira, de saudosa memória, afirmou que, no que tange à educação, ficamos muito distantes da posição em que deveríamos estar. A tal ponto que o nobre Senador João Calmon, na sua obstinada luta pela educação pública, a título de ilustração, como anexo da sua oportuna proposta de Emenda à Constituição, apresenta um quadro sob o título: "Despesas Públicas Referentes ao Ensino ao Preço Corrente no Mercado — Percentagem sobre o PNB". E enumerando S. Exª os vários países do mundo, com referência aos anos de 1970/71, vamos encontrar o Brasil na triste condição de octagésimo lugar, aplicando 3,3% de seu Produto Nacional Bruto em Educação. Isso, na verdade, nos deixa profundamente desalentados, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pois um País que já desponta para o mundo como uma potência emergente e que, por isso mesmo, recebe as homenagens das nações líderes dos vários continentes, já devia estar muito mais adiantado em matéria de educação.

Com a vigência do dispositivo constitucional a que me referi, o qual, aliás, foi introduzido no País a partir da Constituição de 1967, tivemos um grande retrocesso na aplicação de recursos em

investimentos educacionais. E, aí, posso novamente socorrer-me do nobre autor da principal emenda que ora se discute — que é o nobre Senador João Calmon — quando S. Ex^a, no seu Anexo I sobre "A participação do MEC no Orçamento da União", mostra que o percentual de aplicação de recursos no Orçamento vai decrescendo, anualmente, de 1964 a 1976, descendo de 9,74% para 4,66%. Isto quando se sabe que os vários dispositivos constitucionais em vigor continuam a exigir não só da União, como dos Estados e Municípios, uma participação ativa no combate ao analfabetismo e, particularmente, na obrigatoriedade e na gratuidade do ensino primário, sendo que este último foi transferido, praticamente na sua quase total responsabilidade, para os Municípios e os Estados, que não dispõem de recursos suficientes para fazer face aos investimentos vultosos de que necessita a educação brasileira nesse nível de ensino. Creio mesmo que essa tarefa deve ser cada vez mais entregue à União, pela ampliação dos seus recursos, para que ela possa, através de convênios, dar uma colaboração maior aos Municípios e aos Estados, através do Ministério da Educação e Cultura.

Assim, as Propostas de Emendas, que aqui estão para serem discutidas e votadas, merecem apoio acima dos partidos. Não somente a principal delas — a do Senador João Calmon — que, com muita propriedade, introduz um parágrafo no art. 176 da Constituição, nos seguintes termos:

"§ 4º Anualmente a União aplicará nunca menos de 12% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 24%, no mínimo, da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Com estes recursos, a União poderá perfeitamente desenvolver planos, juntamente com os Municípios e os Estados, para fazer face à situação em que se encontra sobretudo o sistema de ensino primário e médio no Brasil, e ainda lhe sobrarão meios para melhorar a situação do ensino superior, já que neste particular a atual Constituição alude a que a União deverá gradativamente ir substituindo o ensino gratuito, por bolsas de estudo para os universitários. E o que temos no momento, no País, em relação ao ensino superior, da parte do Governo Federal, não são propriamente bolsas de estudo; o que está prevalecendo é o chamado crédito educativo, que é um financiamento a juros subsidiados, mas que, afinal, terá de ser pago pelo estudante quando terminar seu curso, após dois anos de formado, quando estiver situado no mercado de trabalho. A mim me parece, salvo melhor juízo, que a União, através do MEC, devesse ter recursos suficientes, não só para fazer face às despesas com o ensino primário e o ensino médio, ajudando os Estados e Municípios, mas também para ampliar sua presença num programa efetivo de bolsas de estudo de nível superior, de tal forma que os estudantes de melhor rendimento intelectual e que tivessem maior carência de recursos pudessem chegar ao final do curso sem maiores atropelos de natureza financeira. E há um aspecto, Sr. Presidente, que precisa ser considerado, quanto a bolsas de estudo, que as diferenciam do crédito educativo. É que neste há o juro a pagar, embora de 4% ao ano, enquanto na bolsa de estudo o estudante pode restituir em serviço, ou mesmo em dinheiro, ao Governo aquilo que recebeu, sem qualquer acréscimo.

Por sua vez, o nobre Deputado Ruy Codo, dinâmico Deputado da Oposição, por São Paulo, também trouxe sua contribuição, no sentido de que se estabelecesse maior apoio à chamada educação pré-primária. S. Ex^a deseja que alguns dispositivos constitucionais sejam alterados, para que se possibilite aos Municípios uma soma de recursos para custeio do período pré-primário, com jardins de infância, com a instalação de creches etc., dentro de um programa de ação social, que deve ser uma preocupação do Estado moderno.

O nobre Relator, Deputado Flexa Ribeiro, no brilhante trabalho, em que apreciou as duas proposições apresentadas ao Congresso Nacional, achou por bem, ao examinar a proposta do nobre Deputado Ruy Codo, apesar de elogiá-la, de opinar pela sua rejeição, sob o argumento de que a proposição do Senador João Calmon praticamente daria margem a que a União, Estados e Municí-

pios conseguissem os meios suficientes não só para atender aos reclamos do ensino, como também à programação do pré-primário. A mim me parece que as duas proposições não colidem, mas, de qualquer modo, se o Congresso Nacional não der o seu apoio ao nobre Deputado Ruy Codo, pelo menos reunamos esforços para sustentar com todo o calor humano, com todo o entusiasmo, a proposta do nobre Senador João Calmon, que merece os aplausos indiscriminados de todos os Parlamentares pela sua luta, que não é de hoje, que não é só do Congresso, pois S. Ex^a até nos "Diários Associados", seguindo o exemplo do nome tutelar daquela Casa, o Embaixador Assis Chateaubriand, criou um movimento que batizou de "Década da Educação", com a mesma finalidade. E S. Ex^a, numa verdadeira cruzada cívica por todo o Brasil, tem-se desdobrado no sentido de defender, como verdadeiro apóstolo, a causa da educação brasileira. Vamos, portanto, apertar-lhe as mãos e levar-lhe o nosso apoio, para que sua proposta se transforme numa alteração constitucional concreta, de modo a que possamos amanhã assegurar recursos vultosos à União, a fim de que ela tenha meios de ajudar, por sua vez, os Estados e Municípios a levarem avante essa grande obra de redenção do homem brasileiro.

Sr. Presidente, ao terminar minhas palavras, quero lembrar que não devemos procurar outros argumentos, porque todos estão brilhantemente expendidos não só pelos autores das proposições, pelo Relator da matéria, como pelos oradores que me antecederam, e, quero crer, pelos que me vão suceder na tribuna. Agora o que deve haver é uma ação vigilante da Liderança da Maioria — porque a Minoria já está convocada para tal — no sentido de na próxima terça-feira assegurarmos, aqui, o *quorum* indispensável para que essa medida se efetive. Que não fiquemos apenas em palavras, para que depois não se tenha mais um simples registro nas páginas dos Anais do Congresso Nacional. Transformemos nossas palavras em votos, a fim de que essas propostas sejam amanhã dispositivos constitucionais que realmente ajudem a educação dos brasileiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a primeira grande lição que recebi do eminente homem público, do eminente líder João Calmon, foi há alguns anos, quando perigavam as instituições deste País, quando pregoeiros da baderna e até mesmo do caos procuravam intranquilizar a família brasileira, conflagrar mesmo tudo aquilo que de mais caro temos, desde o lar, a escola, tudo quanto mantém vívida a chama da própria nacionalidade.

Foi ele, Srs. Congressistas, quem, em notável série de debates pela televisão, pôde, com audácia, com coragem, com bravura cívica, com pertinácia, com cultura, afirmar os valores da nossa crença, da sua crença, da crença de todas as partes vivas deste País. O Senador João Calmon foi revolucionário antes da própria Revolução, e, ao longo da sua brilhante vida pública, à qual rendemos homenagem como exemplar que é, perlustrou outras tantas campanhas pelo saneamento dos setores mais importantes da nossa vida pública, sempre com o mesmo *panache*, sempre com a mesma independência, sempre com o mesmo idealismo.

Não poderia, portanto, faltar, no estro desse grande homem público, a dedicação, a constância, a profundidade, no que se relaciona a esta coluna mestra do nosso desenvolvimento, a esta matéria de salvação pública, como já ficou caracterizado em frases lapidárias.

João Calmon se dedicou de corpo e alma à educação brasileira e logrou com isto, numa verdadeira cruzada, Srs. Parlamentares, vencer não apenas no teorismo livresco, não apenas na cultura, não apenas na excelência dos conceitos, mas na bravura das soluções concretas que funcionam e que determinam alterações fundamentais no trato das nossas verbas orçamentárias. Na verdade, a emenda que propõe, ao lado de outros eminentes Srs. Senadores, é algo que corresponde aos anseios de um povo, mais do que de uma geração, porque, sem querer dramatizar, vivemos neste momento a

encruzilhada da história, a encruzilhada em que, ou investimos maciçamente na Educação, e teremos o multiplicar dos braços produtivos ou dos cérebros pensantes, ou veremos, lamentavelmente, numa população ainda jovem, crescer, em proporção geométrica, o número de estômagos vazios com o sinistro espectro da fome. A muralha da expansão demográfica, então, vai-nos aproximar, cada vez mais, daquilo que os modelos negativos representam ao lado da Ásia, da África, como, por exemplo, o modelo paquistanês ou o indiano, que fazia sufocar todos os anseios que temos de crescer e de sermos realmente uma grande Nação.

O Senador João Calmon, líder dessa campanha, que considero de redenção nacional, procura, com este instrumento próprio da Emenda Constitucional, atingir o fulcro, um dos objetivos fundamentais, a mola propulsora de progresso, a que ninguém, mas ninguém mesmo, Srs. Congressistas, pode ficar indiferente, porque a realidade nacional é triste.

Não queremos demorar na tribuna, dado o adiantado da hora, já que outros, evidentemente com mais brilho, têm algo a ponderar, algo a demonstrar, sobretudo para prestar justa homenagem ao emérito autor da Emenda, seu primeiro signatário.

Os números falam por si, acima de qualquer adjetivação, e, ao vislumbrar a série de orçamentos da República, vemos que o percentual dedicado ao MEC vem caindo de 9.74, em 1964, que era uma boa cifra, chegou a 11.07, em 1965, decaindo nos últimos três anos, para 4.95, e 4.31, e, em 1976, para 4.66. Isso nos coloca numa companhia incômoda no concerto internacional, ante o que outras nações dedicam à Educação, do seu Produto Interno Bruto, conforme o demonstra a própria justificativa à Emenda Constitucional, de que me valho neste instante: o Canadá destina 8.5, 8.6 do seu PIB ao setor educacional; Holanda, 7.8; Suécia, 7.9 e 7.7; Dinamarca, 7.6, 7; Nova Guiné, 7.6; Antígua, 7.3; Rússia, 7 e 6.8; Estados Unidos, 6.7 e 6.5. Também uma série de outros países, não necessariamente os mais ricos, os mais desenvolvidos, invocando o princípio salutar e sacrossanto de não gastar, mas de investir na educação, a ela destinam verbas substanciais. Lamentavelmente, o Brasil fica na faixa de 3.3 do seu Produto Interno Bruto para a Educação.

Não seria necessário dizer, mas realmente é matéria de salvação pública, é a encruzilhada da história com que nos defrontamos, sem nenhum exagero. Mais da metade de nossa população, com menos do limite previsto para a maioria legal, se constitui de jovens plenos de esperança, de anseios, de devaneios, de possibilidades, piores de vontade de contribuir para o progresso real desta nação-continente. Seria, pois, realmente lamentável se perdêssemos o pulo da História por falta de objetividade, por falta de canalizar os meios de que dispomos no Orçamento em favor do que é mais importante, para obter bons resultados.

Certa vez, Srs. Senadores, perguntaram a Ludwig Erhardt, cognominado "o braço do soerguimento alemão", como tinha podido ele operar aquilo que denominaram "o milagre alemão", ao lado de outros milagres que já foram difundidos por este mundo de Deus. E ele disse que, sendo religioso, não obstante, nessa matéria não acreditava em milagres. "Em finanças públicas" — continuou Erhardt com sua simplicidade — "eu acredito apenas em uma coisa: uma rigorosa ordem de prioridades. Vamos aplicar maciçamente naquilo que é indispensável, naquilo que é urgente; vamos aplicar, em segundo lugar, naquilo que é igualmente importante mas não tão urgente; e assim sucessivamente. E, os últimos itens, se sobrar alguma coisa, chegaremos lá".

É o ovo de Colombo. Não é nada de novo. As respostas, enfim, talvez desconcertantes dos sábios, exatamente pela simplicidade diáfana, vão atingir o fundo da questão nos seus melindres mais retorcidos. Que alternativas temos senão investir maciçamente no setor educacional? E que melhor forma podemos encontrar, dentro da lei, dentro da ordem, dentro daquilo que respeitamos pela realidade constitucional, do que a feliz emenda, que, recuperando já uma tradição que vem da Constituição de 46, revigora e reafirma valores os mais excelsos da própria nacionalidade brasileira.

"Anualmente", diz o eminente Senador e aqueles que com ele subscreveram a presente Emenda 21, "a União aplicará nunca menos de 12%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 24%, no mínimo, da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino." É uma forma lapidar que há de encontrar o respaldo em todas as consciências bem formadas nesta Casa e na população. Ninguém pode ficar indiferente diante de tema tão importante e tão momentoso. Em relação a mim, particularmente, vibro de emoção — modesto professor da Pontifícia Universidade Católica — ao ver que encontro no mestre, de muito maior gabarito, a fórmula que permite com que outros mestres possam desincumbir-se de seus misteres e os alunos possam aprender a grande lição da vida em nosso meio.

Fui o autor do projeto que, no dia 15 de abril de 1971, apresentei ao Plenário da Câmara, criando o que hoje chamam de Crédito Educativo e que eu chamava de Banco Nacional da Educação, exatamente com o escopo comum de viabilizar a multiplicação dos nossos recursos, que são poucos, que são parcos, mas que devem ser exatamente bem empregados para lograr obter esses feitos. Só assim poderemos vislumbrar, Srs. Congressistas, algo que se aproxime mais do ideal democrático. Só teremos uma sociedade que se aproxime desse ideal, sonhado por tantas épocas e infelizmente torturado, esquecido na rudeza dos tempos históricos, quando tivemos exatamente, a igualdade de oportunidades, quando o filho do pobre, o filho do favelado e do operário puderem, amanhã, conseguir os lugares de maior remuneração, os lugares mais importantes da coletividade, quando puderem lograr obter os maiores salários, não pelo nepotismo, não por terem herdado essa condição, mas por terem conseguido, pelo seu esforço, pela sua dedicação, pelo seu trabalho, desenvolver os talentos naturais que conseguiram a partir da sua própria formação.

A educação poderá também fornecer o subsídio válido para solucionar o problema da desigualdade da distribuição da renda. Somente com a educação maciça, em todos os níveis, somente com o estágio probatório, como vimos no México, e que antecede a cartá profissional de muitas categorias, inclusive a de médico, somente a educação exalçada em todos os seus valores é que poderá render a esta nação-continente os caminhos seguros para o seu grande destino. Mas tudo há de começar, como bem pontificou o ilustre Líder da Campanha Nacional da Educação, o Senador João Calmon, tudo há de começar com a aplicação da verba, com a disponibilidade orçamentária, com os meios necessários a atingir a esses fins, que se confundem com o próprio progresso da Nação brasileira.

Encerro minhas considerações, Sr. Presidente, não porque o tema não me possa inspirar mais, nem tampouco o ilustre autor desta proposição magnífica, mas porque tenho curiosidade de aprender com os eminentes colegas que, com mais brilho e proficiência, poderão tecer considerações sobre o tema. Vejo mesmo, no Plenário, eminentes educadores com larga experiência, como um Brígido Tinoco e outros tantos que têm honrado a cátedra e firmado seu nome no cenário brasileiro, mercê da cultura invulgar.

Eminente Senador João Calmon, a vida pública de V. Ex^a é um exemplo a ser seguido pelos jovens de todas as idades. Aqueles que têm idealismo, aqueles que acreditam no Brasil, aqueles que acreditam em nossa terra, eminente Senador, não podem ficar indiferentes à obra de V. Ex^a, a iniciativas como esta é que são respaldadas por todos os homens de bem deste País. Todos que acreditam no Brasil, neste momento, têm que homenagear V. Ex^a.

Meus parabéns. Praza aos Céus que esta emenda seja aprovada. Tenho dito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (ARENA — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sobre a emenda do Senador João Calmon e seus efeitos na vida nacional em face da problemática que enfrenta o País no campo educacional, dissertaram e dissertarão Deputados e Senadores do nível de Geraldo Guedes,

Humberto Lucena, Nina Ribeiro e tantos outros, batalhadores e soldados quase só e isolados na luta que é nossa, é nacional, é de todos os brasileiros.

Os problemas difíceis que enfrentamos no campo da educação, nós os sentimos a cada fim de semana, quando, pelo interior dos nossos Estados, pelas ruelas das nossas favelas, diante de nós se postam o pai, que pede uma bolsa de estudos para seu filho, a mãe, que pede uma vaga no colégio do bairro, o próprio aluno, que, comovidamente, pede uma transferência para o colégio mais próximo ou para o horário noturno, para que possa trabalhar durante o dia; o Prefeito que pede a escola, o Vereador que pede a reforma ou a ampliação do grupo escolar. São problemas familiares e comuns a todos nós, que descansamos da batalha dos cinco dias aqui em Brasília, em dois fins de semana, no convívio com aqueles que nos trouxeram para cá e nos delegaram o mandato que exercemos aqui.

Gostaria que minha fala, que será bem breve, fosse o testemunho de quem acompanhou, desde os seus primeiros passos na política do Espírito Santo, o Senador João Calmon. Ele é de uma família nascida na beira do rio Doce, onde, no início deste século, começaram a chegar os primeiros capixábas, com medo do norte do Espírito Santo, a terra da malária, das terças malignas e de uma série de endemias. Ele pertence a uma daquelas famílias que fincaram o pé ali e obstinadamente ali permaneceram, não recuaram e foram garantindo aos poucos a conquista de todo o território do Espírito Santo pelos imigrantes que chegavam de Minas e Bahia; outros, como a família dele, da Itália, da Alemanha, da Polônia e de tantos outros países, cujos filhos formaram o Espírito Santo de hoje. O Senador João Calmon herdou dos primeiros que ali chegaram a virtude da obstinação, da pertinácia daquele que finca o pé e se mantém na posição que assumiu. E quantas vezes eu o vi, na campanha política, na favela, no campo, na cidade, no rádio e na televisão, pregando educação, conscientizando o povo para a importância da educação. Certa vez cheguei até a adverti-lo de que era mais fácil falar na possibilidade de uma estrada de asfalto, de uma ponte sobre o rio, da eletrificação rural, de temas aos quais o povo fosse mais sensível. Mas via-o obstinadamente a pregar educação, a falar em educação. Terminada a campanha política, lá ia ele de novo, reencetando suas pregações, escrevendo seus livros, abrindo demoradas e concorridas tardes e noites de autógrafos, a presentear seu livro a professores, a mestres, a procurar a universidade constantemente, promovendo-lhe a abertura para o campo. Hoje, a Universidade do Espírito Santo é pioneira na penetração no interior do Estado através de cursos de curta duração, através dos quais ela leva a ciência de seus alunos e de seus professores às grandes camadas da população. Essa é uma iniciativa quase pioneira da pregação do próprio Senador João Calmon. Acompanhei essa luta constantemente. Vi-o também, em 1964 — antes que se pensasse numa revolução — pôr em risco toda uma cadeia de rádio, televisão e jornal e abrir uma luta propugnando por novos princípios, mas ainda e sempre falando em educação. Vi-o, depois, contestar Ministros da Revolução que ele ajudou a fazer mostrando estatísticas que apontavam um quadro desastroso e até vergonhoso — dizia ele, então — do sistema educacional brasileiro. A revolução que ele pregava através da sua "Década da Educação" ia além daquela que fora feita no campo político. Era uma revolução que se deveria propagar ao campo educacional, para fincar raízes efetivas no meio do povo. Por tudo isto, faço um apelo aos nobres Congressistas, aos nobres Parlamentares. Será, não uma homenagem à figura deste homem que dedicou a sua vida política a um só objetivo, a educação, mas uma homenagem ao próprio Estado que o elegeu três vezes sob o mesmo lema. É difícil — e os educadores aqui presentes sabem disso — eleger-se alguém hoje, no Brasil, pregando educação. Mas o Espírito Santo o elegeu três vezes. A aprovação desta emenda será uma homenagem a cada eleitor do Espírito Santo, que, baseado nesta pregação, por três vezes consecutivas trouxe este homem ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, para que ele continuasse esta luta que se deve coroar através desta emenda que o Congresso Nacional se prepara para votar nos próximos dias. A presença de cada um, o voto de cada um vai valer mais do que qualquer

palavra que for dita aqui, nesta noite e nos dias subsequentes, e vai representar um pouco do apoio de cada um de nós aos pedidos de bolsas de estudos que recebemos do interior dos nossos Estados, nos fins de semana e nos períodos de recesso, das cartas que nos chegam diariamente dos nossos Prefeitos e Vereadores angustiados, que querem grupos escolares, querem ampliações, reformas e reaparelhamento de escolas. Será a maneira de cada um de nós dizer sim a esses homens e fazer jus àquele voto que recebemos dessa gente, que de nós espera este simples voto na próxima terça-feira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Parsifal Barroso.

O SR. PARSIFAL BARROSO (ARENA — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao longo de uma árdua luta que um pequeno grupo de colegas nossos, tendo à frente, como líder, o nobre e ilustre Senador João Calmon, vislumbra a perspectiva de sua primeira vitória, justo é que, perante o Congresso Nacional, preste um testemunho de ordem histórica, para ressaltar aquilo que a muitos olhos poderá parecer um paradoxo: o retorno, no âmbito constitucional, a um regime vigente ao tempo da Constituição de 1946. Na realidade, essa volta a um estilo que já caiu em desuso, dos percentuais da Receita vinculados, tem hoje sua primeira e auspiciosa perspectiva de ressurgimento e de aceitação, porquanto não era possível, nem lógico, nem justo que continuasse o sistema educacional brasileiro guiado por uma diretriz que importava, na prática, dois pesos e duas medidas. Preceitos rigorosos, de observância rigorosa de percentuais, não em relação à União Federal, mas com referência ao Estado e ao Município, que sempre lutam com as maiores dificuldades para a distribuição de suas rendas tributárias. Era necessário, portanto, que se restabelecasse o princípio do percentual obrigatório mínimo para a União Federal. Confesso, nobre Senador João Calmon, que por muitos anos considerei esta meta por mim almejada uma quimera iludente, porquanto os reclamos e os apelos para o restabelecimento dos percentuais que vinculavam rendas tributárias em favor de regiões subdesenvolvidas não lograram o mínimo atendimento, nem sequer receptividade. Pode V. Ex.^a vangloriar-se como um herói, a modo de um milagreiro que, afinal, conseguiu convencer aqueles que de nós discordavam, para, através de sua emenda, oportuna, justa e merecedora de todo aplauso, vir pôr um pouco de ordem no panorama desse sistema federal de auxílio ao sistema educacional brasileiro.

Desejava, portanto, dizer-lhe, nobre e ilustre Senador João Calmon, que nesta noite começa V. Ex.^a a conquistar e a recolher, para conforto de sua alma cívica, o aplauso generoso e sincero de todos nós que há tantos anos batalhamos por esta causa para nós sagrada. E o parecer do nobre Deputado Flexa Ribeiro, na minha opinião, representa a reconciliação desse pequeno grupo, que lembra um pouco aquele *pusillus grex* do Evangelho, que vem acompanhando com atenção todas as etapas dessa luta tão cansativa já, e agora fraterniza com V. Ex.^a uma identidade desse mesmo sentimento que sempre animou seu espírito e seu coração, para dar seu apoio integral a essa emenda. Ao mesmo tempo, quero lembrar ao nobre e ilustre Deputado Ruy Codo que a rejeição de sua emenda, justificada pelo nobre Relator Flexa Ribeiro, ainda necessita de um esclarecimento da minha parte, a fim de que S. Ex.^a não se moleste, nem se entibie com a rejeição de sua emenda. Como eu, S. Ex.^a tem verdadeira paixão pelo maior desafio que ainda está a nos esperar, no primeiro segmento do sistema educacional brasileiro: a educação pré-escolar.

Mas muito há ainda a pesquisar, a debater, para chegarmos com o Governo às primeiras conclusões sobre as formas mais válidas que possam ser adotadas em relação ao ensino pré-escolar. Basta dizer que o diagnóstico preliminar do Ministério da Educação sobre a educação pré-escolar no Brasil é a última edição talvez das publicações do Ministério específico para a matéria. Trata-se, como está aqui, de um diagnóstico preliminar, porquanto desde 1972 a grande educadora Anna Bernardes vem diagnosticando a situação desse pri-

meio segmento do sistema educacional brasileiro, que está mais na área do ensino privado do que na do ensino público. Então, pela conclusão desse diagnóstico preliminar, que vou depois passar às mãos do ilustre Deputado Ruy Côdo, verificará S. Ex^a, como qual quer um de nós, que ainda estamos engatinhando nesse terreno da educação pré-escolar. Não temos ainda condições de chegar a uma conclusão preliminar sobre se a primeira providência nossa seria uma emenda constitucional, como a que S. Ex^a apresentou, ou uma lei de diretrizes para nortear a educação pré-escolar no Brasil, eis que ela se vem desenvolvendo sem que haja uma disciplina legal por parte do Ministério da Educação e Cultura e, conseqüentemente, das Secretarias de Educação, nos Estados e Territórios. Presto este esclarecimento a fim de que não só o nobre e ilustre Deputado Ruy Côdo, mas todos aqueles que neste instante pacientemente me ouvem conclua comigo que o nobre e ilustre Deputado Flexa Ribeiro, quando deu parecer contrário à emenda apresentada pelo Deputado Ruy Côdo, não possuía certamente em seu poder este diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil, com as conclusões ainda muito inseguras apresentadas no fim da publicação, ante as quais verificamos que realmente talvez a melhor solução ainda seja a de apresentação e votação pelo Congresso Nacional de uma lei que viesse a estabelecer essas diretrizes fundamentais para a disciplina da grande faixa do primeiro segmento do sistema educacional, que está a se desenvolver de maneira espantosa, porque pela Constituição Federal essa faixa abrangia crianças de 3 a 7 anos, quando começaria a escolaridade obrigatória. Entretanto, na realidade, na vida moderna, as crianças de 2 anos já estão indo para as escolas maternas e jardins da infância.

São essas as conclusões que nos permitimos apresentar à consideração do Congresso Nacional, dizendo ao meu caro colega e amigo Senador João Calmon que sua vitória tem um sentido histórico. Não é apenas a perspectiva que abre para suprir uma omissão no texto da Constituição que nos rege. Não. É porque S. Ex^a, estabelecendo esse mínimo para as despesas que ficarão a cargo da União Federal, dá meios para que se consiga, afinal, estabelecer um rumo, através do qual um sistema federal de auxílio financeiro e técnico poderá ser prestado aos Estados, aos Municípios e aos Territórios, na forma e com o alcance que constam no texto da Constituição Federal.

Esteja S. Ex^a certo de que a sua longa e benemérita vida de batalhador por essa causa da educação, com a noite de hoje, poderá ser marcada com aquela pedrinha branca que os romanos utilizavam nos seus dias de satisfação, de alegria, de conforto e de júbilo espiritual. Pode S. Ex^a ficar certo de que lavrou, na batalha em favor da educação brasileira, o maior tento que poderia ser levantado e lavrado por quem há tantos e tantos anos vem sendo, para todos nós, um guia e um exemplo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (ARENA — ES. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados. No dia 22 de maio de 1969, falando na cidade do Recife, agradecendo homenagem póstuma a Assis Chateaubriand por serviços relevantes prestados à humanidade, ocorreu-me a idéia de lançar, neste País, uma cruzada com o objetivo de criar uma idéia fixa, um estado d'alma, uma verdadeira obsessão nacional, no que tange à solução do problema altamente prioritário da Educação. Era a cruzada da Década da Educação. Eu não imaginaria resolver o problema da Educação do Brasil, em 10 anos — meu objetivo era mais modesto: procurar conscientizar o povo brasileiro, principalmente seus governantes, para a alta conveniência nacional de se dar prioridade não a empreendimentos capazes de garantir dividendos políticos antes do fim dos mandatos, mas, na área do Executivo, de se dar prioridade absoluta à Educação, o mais rentável dos investimentos de um país. A partir de 1969, empenhei-me numa peregrinação por todo o Brasil, desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul. Falei em Universidades, em Câmaras Municipais, em Assembléias Legislativas, em Escolas Normais e na

Escola Superior de Guerra. Não hesitei, um momento sequer, em divulgar alguns dados traumatizantes sobre a realidade educacional no Brasil. Às vezes, era eu olhado até com certo ar de suspeição — muitos imaginavam que eu era pouco patriota porque me preocupava em destacar alguns aspectos negativos do nosso quadro educacional.

Que fazer senão prosseguir na cruzada iniciada no Recife? Ainda hoje recordava uma lição que aprendi numa academia política da Alemanha: o primeiro dever de um homem público é ficar em paz com sua consciência; o segundo é defender os interesses de seu país e, terceiro, cumprir as recomendações do seu partido. Portanto, para ficar em paz com minha consciência, eu sentia, acima de tudo, a necessidade de revelar e de comentar alguns dados que recolhia nas estatísticas divulgadas pelo Governo da Revolução que decidi fazer o "jogo da verdade". A UNESCO realizou uma pesquisa no mundo subdesenvolvido e constatou um quadro que considerou calamitoso ou catastrófico: em cada grupo de mil crianças que começavam o curso primário, na área pobre do nosso planeta, apenas 500 o terminavam. O Governo do Jogo da verdade, divulgou estatística do IBGE demonstrando que, no País, em cada grupo de mil crianças que ingressam no curso primário, apenas 22% o concluem. Portanto, de acordo com os dados da UNESCO e do nosso Governo, o Brasil está abaixo da metade da média dos países subdesenvolvidos na área da educação fundamental.

Há outro detalhe ainda mais traumatizante. Dirijo-me, neste momento, especialmente aos meus irmãos do Norte e do Nordeste, áreas, onde em cada grupo de mil crianças que iniciam o antigo curso primário, apenas 85 o concluem. O Brasil se encontra abaixo da metade da média dos países subdesenvolvidos, enquanto o Norte e o Nordeste estão abaixo de quase 1/3 da média nacional em termos de escolarização primária.

Eu me senti no dever de proclamar essas verdades para ficar em paz com minha consciência, conforme acentuei inicialmente.

Antes de prosseguir, gostaria de transmitir a esta Casa o resultado de uma rápida pesquisa que realizei entre Senadores e Deputados. Atualmente a Câmara dos Deputados possui 359 representantes do povo, dos quais 144 nascidos em Estados do Norte e do Nordeste ou representantes dessas áreas. Portanto, pouco mais de 40% dos Deputados nasceram no Norte ou no Nordeste ou representam Estados do Norte e do Nordeste. Na Casa a que me orgulho de pertencer, Senado Federal, somos hoje 65 representantes do povo. Desses 65 Senadores, trinta e sete — mais da metade, portanto — nasceram no Norte ou no Nordeste. E, dentre esses, dois, embora tendo nascido no Nordeste — um na Paraíba, o Senador Leite Chaves, e o outro na Bahia, o Senador Nelson Carneiro — representam Estados do Centro e do Sul do País. Assim, antes de prosseguir, gostaria de aqui deixar meu apelo dramático, de brasileiro que também tem raízes nordestinas, para que todos os Parlamentares compareçam, na próxima terça-feira, a esta Plenário e votem em favor da aprovação desta emenda à Constituição. Dizem alguns dos poucos críticos dessa iniciativa, que não é minha, mas de todo o Senado Federal, porque foi subscrita por 63 dos 65 Senadores, que esta emenda à Constituição talvez não devesse ser aprovada, por abrir um precedente supostamente considerado perigoso. Mas que precedente é este, se a Constituição atual já foi intocável e já deixou de sê-lo há muito tempo? Já mexemos na ex-intocável várias vezes: uma, para restabelecer o sistema de eleição indireta dos Governadores; outra, para permitir que nossos suplentes fossem convocados, na eventualidade de sermos nomeados Secretários de Estado, outra para reestabelecer nossas férias de meio do ano. Logo, não tem nenhuma validade o argumento de que não se deve alterar a Constituição atual, que também deixou de ser intocável no ano passado, quando, por decisão soberana do Congresso Nacional, foram aprovadas duas novas emendas à Constituição, alterando as cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e eliminando a gratuidade do exercício do mandato de vereador. Há outro argumento que igualmente não tem nenhuma validade. Seria impossível voltar a falar em vinculação orçamentária

na Constituição? Não. No ano passado, em 1975, aprovamos, neste mesmo Plenário, uma emenda sobre o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, vinculando 20% desses recursos para a educação. Portanto, está aberto não apenas o precedente de emenda constitucional, mas também o precedente de vinculação do Orçamento ao texto da nossa Carta Magna. Às vezes, afirma-se, também, que determinados princípios estabelecidos pela Revolução são intocáveis. E um desses, citado com muita frequência, é o da correção monetária. Realmente, a correção monetária foi uma criação da Revolução brasileira, mas hoje, como sabemos, foi inteiramente abandonada para recursos destinados à renovação da cafeicultura, à agroindústria do Nordeste e foi ferida — graças a Deus foi, ferida a correção monetária — no que tange a financiamento de casas destinadas às classes de menor renda. Portanto, não há, na realidade, nenhuma justificativa para a — não aprovação desta nova emenda à Constituição. Quando uma autoridade do Poder Executivo proclama, em documentos oficiais, que a taxa de escolaridade no Brasil gira em torno de 85%, não está sendo dita uma mentira. De fato, as estatísticas demonstram que essa é a taxa de escolaridade. Ao longo das 8 séries do ensino de 1º grau passam 85% das crianças. Acontece que, na 1ª série, há um congestionamento de cerca de 7 milhões de crianças, muitas das quais são reprovadas e ali ficam marcando passo, enquanto que, na 8ª série, há apenas 700 e poucas mil crianças, quando a Constituição, graças a uma iniciativa do saudoso Presidente Castello Branco, determinou taxativamente como obrigação do Poder Público a garantia de 8 anos de escola gratuita a todas as crianças, entre os 7 e os 14 anos de idade. Deveríamos, por amor a este País, abandonar a referência a esses 85% de taxa de escolaridade e focalizarmos um outro ângulo, este, dramático e integralmente, verdadeiro. Se, em cada grupo de mil crianças que iniciam o curso de 1º grau, apenas 92 concluem a 8ª série, isso significa que é letra morta o artigo introduzido pela Revolução na nossa Constituição, com o solene, o sagrado compromisso de garantir escola gratuita às crianças durante oito anos. Noventa e um por cento das crianças deste País, na faixa dos 7 aos 14 anos, evadem-se das escolas antes da conclusão da 8ª série. Constitui um dever de patriotismo proclamar esta verdade, melancólica para todos nós e a única maneira de prestarmos um eficiente serviço a este País. É necessário levar avante esta batalha, que não é minha, como declararam, de maneira tão generosa, os eminentes colegas que me precederam nesta tribuna — o Senador La Rocque de Almeida e os Deputados Geraldo Guedes, Humberto Lucena, Nina Ribeiro, Gerson Camata e Parsifal Barroso — mas do Senado Federal. Somente me coube a humilde iniciativa de procurar restabelecer um artigo que constava de nossas Constituições, desde 1946, até 1967. Essa vinculação era de 10% do Orçamento da União e de 20% dos Orçamentos dos Estados e Municípios. Como a Revolução, através da decisão tão feliz de Castello Branco, aumentou a faixa de gratuidade escolar, que era de 4 anos, passando para 8 anos, eu e os meus colegas do Senado Federal entendemos que esse percentual, ao invés de ser de 10%, deveria passar para 12% na área federal e de 20% para 24% na área dos Estados e Municípios.

O Senado Federal, pela primeira vez na sua história, segundo me parece, aprovou uma emenda com o apoio de 63 dos seus 65 membros. Apenas dois Senadores não assinaram esta emenda: um, o Líder do Governo, nosso eminente colega, Petrônio Portella, porque não poderia assiná-la, sob pena de transformá-la na iniciativa governamental; e outro, o eminente Senador Paulo Brossard, do Movimento Democrático Brasileiro, que prometeu votar, neste Plenário, a seu favor, mas que não a subscrevia porque jamais, até então, havia subscrito uma emenda constitucional, mesmo de iniciativa do seu próprio Partido. Assim, esta iniciativa não representa mérito de um obscuro Senador do Espírito Santo tão generosamente focalizado pelo meu colega e irmão de Parlamento, o jovem Deputado Gerson Camata. Esta é uma emenda do Senado Federal, que conquistou não apenas um recorde de número de assinaturas. Logo em seguida, submetida a uma Comissão Mista, constituída de 11 Senadores e 11 Deputados do MDB e da ARENA, foi aprovada por unanimidade.

Agora estamos no Congresso Nacional discutindo a proposta do Senado Federal. Na próxima terça-feira, deverá ocorrer a votação neste plenário. Que fazer mais? Um representante do povo no Senado, consegue sensibilizar a totalidade dos seus colegas, convencendo-os de que o restabelecimento da vinculação orçamentária é uma necessidade vital. Na semana passada, para completar a consagração dessa iniciativa do Senado Federal, reuniu-se nesta Capital um congresso dos Conselhos Estaduais de Educação de todas as Unidades da Federação e do Conselho Federal de Educação, o qual, por unanimidade, aprovou um voto de aplauso e de apoio à iniciativa do Senado Federal. O Congresso dos Mestres, composto de integrantes dos Conselhos de Educação do País inteiro, foi um pouco mais longo: não apenas considera necessário que se reserve, no mínimo, o percentual de 12% do Orçamento federal e de 24% dos Orçamentos estaduais e municipais, mas deseja também que esse percentual incida sobre todos os impostos, e não apenas sobre alguns, com exclusão de fundos especiais, conforme é do conhecimento de todos. Ora, sensibilizado e mobilizado o Senado Federal, aprovada a emenda por unanimidade pela Comissão Mista, consagrada também pelos membros do Conselho Federal de Educação e de todos os Conselhos Estaduais de Educação, resta-nos agora esperar que o Congresso Nacional a consagre com a sua maciça votação na próxima terça-feira. Se não conseguirmos a aprovação do Congresso Nacional, o País inteiro continuará, aos olhos do mundo, na humilhante situação, que se reflete nos anuários da UNESCO, onde o Brasil aparece em posição inferior a 79 países, em matéria de dispêndios públicos com educação, relativamente ao Produto Interno Bruto. Se não aprovarmos esta emenda, no Norte e no Nordeste, uma professora primária municipal continuará a ganhar entre quarenta e oitenta cruzeiros por mês e, às vezes, a receber esse ínfimo salário com atraso.

Sr. Presidente, não vou abusar da indulgência de V. Exª e dos nobres colegas que me honram com sua atenção, alongando demasiadamente este pronunciamento do primeiro signatário da emenda — que não é apenas minha, — repito — mas de todo o Senado Federal. Prefiro encerrar estas palavras com meu profundo agradecimento a todos os colegas que me precederam nesta tribuna, evocando uma lenda que certa vez li, dentro da mesma linha daquela famosa frase de um conterrâneo do eminente Deputado Brígido Tinoco, o notável sábio Miguel Couto, que costumava dizer que “a educação é o único problema nacional” e ainda dentro daquela mesma linha do famoso estadista Poincaré, que declarava que a educação é o problema nº 1, o problema nº 2 e o problema nº 3 de qualquer país, mesmo desenvolvido. René Chateaubriand, dizia que os monges trapistas, condenados ao voto do silêncio perpétuo, quando se encontravam, só o quebravam para exclamar: “Irmão, pensa na morte”. Miguel Couto sugeria, já nos idos de 1927, em histórica conferência, que, quando um brasileiro encontrasse outro, deveria sistematicamente exclamar: “Irmão, pensa na educação”. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, associo-me às homenagens tão justas que se vêm prestando ao Senador João Calmon. Discreto, porém, de S. Exª quando diz não ser esta sua emenda. Efetivamente, é uma emenda do Senado Federal, mais precisamente deste Congresso, sensibilizado por S. Exª, não apenas por sua justificativa, mas também pelo seu esforço, há tanto tempo desenvolvido nesta Casa e fora dela. O Senador João Calmon, através da televisão e da imprensa, capitaneou pelo Brasil inteiro uma verdadeira cruzada que, afinal de contas, será coroada de êxito, se Deus quiser, na próxima semana, no Congresso Nacional.

Poder-se-ia alegar, Sr. Presidente, haver carência de recursos em um País que se dedica ao desenvolvimento econômico, para a aprovação da emenda do Senador João Calmon. Poder-se-ia alegar, ainda, não ser o País suficientemente rico para tanto dedicar à educação. Mas, Sr. Presidente, dinheiro sempre existe quando os governos o querem, desde que haja uma consciência nacional e que a

opinião pública esteja preparada, exigindo as despesas que se devem fazer. Quando os governos querem construir, seja a Transamazônica, seja Itaipu, o dinheiro surge. Em suma, o problema é de prioridade. Há dinheiro para aquilo que se considera prioritário. Haverá, então, recursos, no momento em que a comunidade brasileira considerar efetivamente a educação nossa primeira prioridade. É importante que comecemos a considerá-la como tal.

Mais uma vez, com prazer e honrado, sigo o caminho do Senador João Calmon. O que me parece mais grave ainda do que as estatísticas da UNESCO são aqueles fatos que não aparecem nas estatísticas. Confesso-me, como V. Ex^a, alarmado com o que vem acontecendo hoje em matéria de educação, em nosso País. Não creio, Sr. Presidente — e meço bem as palavras que estou dizendo — que estejamos preparando uma geração capaz. Não creio que a nossa geração esteja preparando uma outra geração capaz de conduzir este País. E chego a este ponto, e chego a este nível de preocupação quando constatamos que, alegando-se, por exemplo, falta de recursos. Hoje, no Brasil, criam-se processos únicos no mundo, como — e daí a oportunidade da emenda que estamos discutindo — aqueles em que o importante, segundo dizem, é manter-se estudantes, ou alunos, em escolas, estejam ou não aprendendo nelas. Passamos a medir educação por número. Cria-se, então, no Brasil algo que parece fundamental na *débaçle* do nosso ensino, uma coisa chamada promoção automática, ou avanço progressivo, se quiserem chamar assim, como se chama no Estado do ilustre Deputado Laerte Vieira. Em outras palavras, a promoção automática, ou avanço progressivo, representa isto: a criança é sempre aprovada, para que se alimentem estatísticas, saiba ou não saiba, esteja ou não esteja aprendendo. Então, Sr. Presidente, há este fenômeno curiosíssimo em nosso País. É a alienação de uma sociedade inteira, que se imagina ascendendo socialmente, que pensa que está ascendendo no momento em que está na escola. Mas a escola não ascende socialmente ninguém, o que ascende é o saber. E no momento em que a escola não dá saber, não está dando coisa alguma. Não é carteirinha de colégio que promove um aluno, um jovem, ou que lhe permite crescer verticalmente, crescer na sociedade que se encontra.

Dias atrás, liamos supostos educadores, em jornais de Brasília, que diziam dever-se estimular ainda mais a promoção automática, porque nas primeiras séries está o gargalo da educação brasileira. Ao invés de fazer com que as crianças se alfabetizem na primeira série, prefere-se aprová-las para a segunda, terceira ou quarta série, sem que se alfabetizem, porque mantê-las na primeira série é dispendioso. Em nível de 1º e 2º graus, criamos um sistema cômodo, o chamado ensino por currículos, e não por programas.

Enquanto na Europa, Sr. Presidente, hoje, os países se reúnem em torno de um instituto de educação, que funciona em Hamburgo, para, juntos, estudarem um mínimo que deva conhecer uma criança em determinada faixa etária, aos 7, aos 8, aos 9, aos 10, aos 11 e 12 anos, porque os educadores e as autoridades de cada país não se sentem, muitas vezes, preparados para, sozinhos, fora de uma comunidade internacional, medir o grau de conhecimento que deva ser transmitido a uma determinada série; enquanto isso acontece lá, nós, no Brasil, entregamos, em uma pequena cidade, a uma jovem professora do interior, às vezes, o dever de escolher aquilo que seus alunos vão aprender. Não temos programas no Brasil; em cada escola ensina-se o que se quer; cada professora ensina o que quer. Cada criança está sendo então formada dessa maneira ou de outra, ou, o que é pior, não está sendo formada. Criou-se uma suposta antinomia entre a qualidade e a quantidade da informação que se transmite. A escola deveria ser então essencialmente quantitativa, como se, na área do ensino, não se devesse ao mesmo tempo preocupar com qualidade e quantidade de informação transmitida. E nesse passo gigantesco chegamos à universidade, onde se dá a tantos a falsa impressão de que estão aprendendo, porque estão matriculados, às vezes, até em sobrados que se chamam de faculdades. Então, multiplicam-se cursos.

Se todos os nossos estudantes de Sociologia tivessem conhecimentos rudimentares de Sociologia em nível universitário,

não haveria neste País crises políticas e, talvez, sequer crises sociais. Se os nossos estudantes em nível universitário de Comunicação soubessem, todos eles, alguma coisa mais do que escrever um *lid* para um jornal ou reduzir a matéria para um noticiário de televisão, que em qualquer parte do mundo se estuda em nível de 1º grau, seríamos um país em que se estaria andando de mãos dadas, tantos comunicadores teríamos.

A moda, atualmente, é estudar-se logopedia. Multiplicam-se os cursos de logopedia por universidade do Brasil afora, apenas para satisfazer àqueles que querem dar a impressão à família ou a eles próprios de que estão em escolas universitárias. Parece, Sr. Presidente, que estamos, numa república de gagos. Talvez em nenhuma parte do mundo se estude tanto logopedia, em nível universitário, como no Brasil. Tudo isto é uma ilusão. Parece que todos estamos brincando uns com os outros, alimentando-nos de sonhos.

E, Senador João Calmon, isto ainda me alarma mais do que as alarmantes estatísticas da UNESCO, porque não aparece nas estatísticas. O que eu me pergunto, tantas vezes, é como construiremos, amanhã, novas usinas hidrelétricas, ou como abriremos novas estradas, ou como faremos novos edifícios, formando mal, como estamos formando no Brasil, esta geração.

Em todo mundo se estudam fenômenos. O fenômeno mais preocupante, hoje, para os educadores, é a explosão de conhecimentos. Não sei como se pode quantificar isto e como chegaram a essa quantificação, mas técnicos da UNESCO dizem que as informações, no mundo, se duplicam a cada semestre que passa. Enquanto ocorrem essas explosões de conhecimento no mundo, cada vez mais precisamos aprender, porque a massa de informações que temos de conhecer é maior e o espaço de vida não aumenta na mesma proporção. É elementar: temos que estudar mais e mais cedo. Enquanto no mundo se percebe isto e se aprende cada vez mais e mais cedo, enquanto uma criança francesa entra, na escola, às oito da manhã e sai às cinco da tarde, com pequeno intervalo para almoço, enquanto na União Soviética uma criança de nove anos de idade estuda Álgebra, enquanto na Grã-Bretanha uma criança de dez anos é capaz de falar duas línguas, o mesmo ocorrendo no mundo escandinavo, enquanto isso, no Brasil, cada vez mais adiados os conhecimentos para mais adiante e criamos as áreas de estudos do Segundo Grau. Não se estuda Português, História, Geografia, mas aprende-se Conhecimentos Gerais. Limitamo-nos a isto, a título de que, assim, o ensino é mais barato e que nossas crianças pobres sabem pouco e estão despreparadas. Vamos, então, prepará-las. Ao invés disso, procuramos enganá-las. Já que não lhes podemos ensinar, o que devemos fazer é fingir que estamos ensinando. E é isto que se está fazendo. Brinca-se de ensinar. Projetam-se slides, dizem-se bonitas frases. Supostos educadores e supostos técnicos produzem documentos. Formam-se grupos de trabalho, falam-se de objetivos, de retroalimentação, alimentam-se mais estatísticas e, ao final, a criança nada aprende. Cada vez mais vamos deixando a disciplina para o Segundo Grau e até para a universidade, hoje tão fraca.

Essa, Sr. Presidente, parece-me a questão central que temos hoje de enfrentar. Não creio ser apenas um problema do Governo; os governos vêm fazendo o que podem. Poucas pessoas há conscientes de todo este quadro que descrevo como o Sr. Ministro da Educação, Ney Braga, a quem conheço e as suas idéias, há muito tempo. Mas o problema não é de um Governo, de um Ministro; é de uma sociedade inteira, é de toda uma comunidade que precisa ser alertada para sua gravidade. Por isto, Senador João Calmon, parece-me tão importante o debate da sua emenda quanto sua aprovação. Se Deus quiser, sua proposição será aprovada na próxima semana e mais recursos haverá para que se construa maior e também melhor o edifício da educação brasileira.

Mas, de qualquer forma, este debate, que V. Ex^a vem há tantos anos levantando e conduzindo, parece-me tão importante quanto os recursos que advirão da aprovação da sua emenda. Toda a comunidade brasileira precisa ser motivada e levantada, para que,

realmente, a educação seja nossa primeira prioridade. Não apenas educação, mas educação séria; não apenas informação, mas informação séria; não apenas escolas, mas uma coisa que já parece um sonho no Brasil, um sonho do passado: também escolas que ensinem.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está esgotada a lista de oradores e, em consequência, encerrada a discussão.

O Sr. Laerte Vieira (MDB — SC) — Sr. Presidente, o nobre Deputado Brígido Tinoco havia se inscrito. Pediria a V. Exª a gentileza de conceder-lhe a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Informa-me a Assessoria que S. Exª não está inscrito. No entanto, concedo-lhe a palavra.

O SR. BRÍGIDO TINOCO (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas, como antigo educador, cumprimentar efusivamente o eminente Senador João Calmon pela sua Emenda nº 21, do corrente ano, pela qual a União aplicará anualmente, para manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos de 12%, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, 24%, no mínimo, da renda resultante dos impostos. O acréscimo do § 4º do art. 176 da Constituição, ora pretendida, atende às intenções do próprio legislador constituinte. Aliás, o art. 92 da Lei de Diretrizes e Bases, conforme ressalta o Senador João Calmon, não foi revogado, contém, por conseguinte, princípios da emenda de S. Exª. A eliminação do vínculo de obrigatoriedade, consoante a Carta de 1967, foi desastrosa. Exonerando-se a União da aplicação de 10% dos impostos arrecadados, foram caindo verticalmente os seus gastos, enquanto os Municípios ficaram assoberbados — 20% de sua arrecadação tributária e 20% do Fundo de Participação — esquecendo-se assim a União de que o ensino fundamental é direito de todos, desde a Constituição projetada de 1823, bem como da Carta outorgada de 25 de março de 1824.

Anoto-se ainda que as verbas atribuídas a Estados e Municípios — isso é muito grave — são desviadas para o ensino superior. Confeccionam inexpressivas faculdades, que não servem às populações locais, mas aos excedentes dos grandes centros. Continuamos, desde os velhos tempos, um País de doutores e analfabetos.

Sem dúvida, Sr. Presidente, as veredas que trilhamos e os casos que sentimos pelos problemas do espírito conspiram contra a vida da Nação. Marchamos, implacavelmente, na rota do Terceiro Mundo, esmagados por elementos inquietantes e graves distorções. Assim continuaremos enquanto não procedermos à publicização de ensino pré-primário e do ensino primário. O processo pedagógico inicia-se no berço, aos primeiros anos de vida. Metade do desenvolvimento de nosso cérebro sobrevém aos 4 anos. Nas crianças subalimentadas, até 4 anos, ocorrem, às vezes, danos psíquicos

insanáveis. Precisamos marchar com o binômio educação e saúde, à luz do ensino pré-primário. De modo que sou também favorável à emenda do Deputado Ruy Côdo. Não estou de acordo, neste ponto, com o Relator Flexa Ribeiro, de que o ensino pré-primário só vem depois do aperfeiçoamento do ensino primário. Assim não se verificou no mundo, por conseguinte, o Brasil seria exceção.

Educação, Sr. Presidente, é construção da experiência, é um contínuo processo de vida medular, como a própria vida. A educação é, assim, uma questão de brio nacional. Ruy já dizia que educação quer dizer democracia atuante, quer dizer produção acumulada, estabilidade econômica. Vejam os exemplos da Suécia, da Suíça e da Holanda: sem analfabetos, e os que o são estão internados em sanatórios. Não se diga que se trata de países pequenos — vemos o Canadá, vemos a União Soviética, que num plano quinquenal, organizado por Sunatscharski, reduziu a zero um índice de 90% de analfabetos.

Na Constituinte de 1946, tive oportunidade de apresentar a Emenda nº 473, que reservava um percentual obrigatório de 10% para o ensino pré-primário e primário. Embora o Congresso Nacional desejasse aprovar essa Emenda de minha autoria, o Senador Ferreira de Souza, alegando que era preciso votar a Constituição até 18 de setembro, recusou-a, dizendo que ela ficaria como um exemplo vitalizante para o futuro.

Não desejo essa sorte à Emenda do nobre Senador João Calmon. Estou certo de que com a Emenda de S. Exª o Brasil caminhará, resoluto e confiante, a estrada acidentada da História. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Líder da Oposição, Deputado Laerte Vieira.

O SR. LAERTE VIEIRA (MDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas desejo dizer, lembrando o dever do Estado e o direito do ser humano à educação, que, para darmos seqüência a esse trabalho realizado, ao parecer elaborado e à pretensão dos Congressistas brasileiros, tomamos a principal providência — e, podemos afirmar a esta Casa, transmitindo o integral e absoluto apoio da Bancada do MDB na Câmara, já que o apoio da Bancada do Senado ficou consubstanciado nas assinaturas apostas à emenda, conforme registrou seu autor — de determinar a expedição de um telegrama de convocação dos Srs. Deputados, para que, na próxima semana, possamos votar esta emenda e vê-la aprovada.

Creio que esta será a melhor maneira de cumprirmos um dever e demonstrarmos a nossa preocupação com tão importante problema da vida nacional.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a discussão. A votação da matéria será feita oportunamente.

Declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 21 horas e 30 minutos.)

SEGURANÇA NACIONAL

I — Legislação Constitucional

II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69

Decreto-Lei nº 510/69

Decreto-Lei nº 314/67

Lei nº 1.802/53

III — Notas

IV — Jurisprudência

"Revista de Informação Legislativa" nº 39

421 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF.
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto do uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50